

ATA N.º 02/2015

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 30 de abril de 2015. -----

----- Aos 30 dias do mês de abril de 2015, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara;-----
- 2 - Apreciação, discussão e votação da prorrogação por mais 1 ano da suspensão parcial do Plano de Urbanização de Ançã e Plano Diretor Municipal de Cantanhede e do estabelecimento de medidas preventivas;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da revogação da deliberação tomada em sessão de 28/02/2007 / Desafetação de parcela de terreno no lugar e freguesia de Ourentã;-
- 4 - Apreciação, discussão e votação do 1.º Relatório semestral de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede, Ano 2015;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do Ano Económico de 2014;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do Ano de 2015;-----
- 7 - Relatório anual de Atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cantanhede e Plano de Ação para 2015 / Para conhecimento;-----
- 8 - Ofício da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P./ Extensões de Saúde na União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima e Freguesia de São Caetano / Para conhecimento;-----

- 9** - Eleição do representante da Assembleia Municipal, em substituição da Dr.^a Joana Inês de Jesus Seabra Malta, no Conselho da Comunidade do ACES do Baixo Mondego, prevista na alínea b) do art.º 31 do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22/02;-----
- 10** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XII Feira do Tremoço;-----
- 11** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XII Feira do Tremoço;-----
- 12** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Construção do Estaleiro;-----
- 13** - Apreciação, discussão e votação da proposta atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Execução de trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2014 pela equipa de sapadores florestais;-----
- 14** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídios a várias freguesias e uniões de freguesias / Universidade dos Tempos Livres do concelho de Cantanhede – vertente animação comunitária 2014/2015;-----
- 15** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Junta de Freguesia da Tocha / Instalação de carrocel no âmbito dos Festejos do Dia do Pai;---
- 16** - Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal em sessão de 17/12/2014 / Para conhecimento;-----
- 17** - Apreciação, discussão e votação da relação de bens que constituem o Inventário Municipal, à data de 31 de dezembro de 2014;-----
- 18** - Apreciação, discussão e votação do Concurso para Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão do Município de Cantanhede, pelo período de um ano, ao abrigo do Acordo quadro para fornecimento

de eletricidade (CC-CIMRC), promovido pela CIM-RC / Autorização da assunção do compromisso plurianual;-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, que foram as seguintes:-----

----- Pedido de substituição da Sr.ª Presidente da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, pelo Secretário, Sr. Dr. Nuno Miguel Pessoa Caldeira, e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, pela Secretária, Sr.ª Dr.ª Rosa Maria Galhano Estanislau, conforme documentos apresentados.-----

----- Justificação da falta do Sr. Dr. Fernando de Oliveira Simão, por motivos profissionais.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa informou que pediram substituição de mandato a Sr.ª Dr.ª Maria Manuel de Oliveira Fael Gonçalves de Matos, a Sr.ª Dr.ª Joana Inês de Jesus Seabra, o Sr. Dr. Pedro Miguel de Jesus Neto Dias, a Sr.ª Enf.ª Helena Maria dos Santos Fernandes e o Sr. Eng.º Rogério Paulo Simões Marques, tendo os mesmos sido substituídos pela Sr.ª Dr.ª Maria de Lurdes Miranda Anjo, pelo Sr. Eng.º Paulo Jorge Ferreira Peça, pela Sr.ª Dr.ª Maria Inês Leitão Oliveira, pelo Sr. Eng.º Juan Manuel dos Santos Carvalho e pela Sr.ª Enf.ª José Manuel Martins de Figueiredo. De seguida manifestou o seu reconhecimento aos Membros que suspenderam funções e deu as boas vindas aos novos Membros já presentes na sessão, onde irão exercer as suas funções.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 01/2015, da sessão da Assembleia Municipal de 19 de fevereiro de 2015, que posta à votação, foi aprovada por maioria com 27 votos a favor e 2 abstenções.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à

Mesa da Assembleia, no período de 20 de fevereiro de 2015 a 30 de abril de 2015, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, deu início ao período Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes solicitou ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, e também Presidente da Comissão de Acompanhamento do Hospital Arcebispo João Crisóstomo que desse conta do Relatório elaborado e que foi distribuído na presente sessão aos Membros da Assembleia Municipal a propósito das reuniões havidas sobre aquele assunto.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual, após cumprimentar todos os presentes, lembrou a constituição da Comissão de Trabalhos e esclareceu o trabalho efetuado pela mesma. De seguida informou que aquele documento apenas apresenta um diagnóstico e não a perspetiva de algumas soluções, passando à leitura de grande parte daquele documento do seguinte teor:

“Identificação das questões mais pertinentes e entidades a ouvir: A primeira reunião teve lugar em 15-01-2015, na Câmara Municipal de Cantanhede, com a presença e o contributo de todos os membros da Comissão de Trabalho, tendo sido identificadas as questões mais importantes para a elaboração de um diagnóstico exaustivo e criterioso: - Qual a missão e o papel do HAJC no SNS? - Essa missão e esse papel estão a ser cumpridos? - A sustentabilidade do HAJC está garantida? - Os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores serão garantidos com qualquer modelo de gestão? - Qual o cenário atual para os utentes (horários de atendimento; serviços disponibilizados, taxas moderadores) e o que esperar de futuro? - Qual o cenário atual

em termos de consultas de especialidade e como pode ser melhorado? - Qual o papel dos cuidados continuados de convalescença, dos cuidados paliativos e da cirurgia de ambulatório? - Poderá o HAJC estar a ser alvo de um "esvaziamento"? - Em caso de alteração do modelo de gestão, espera-se uma transição fácil? - Será a transferência da gestão do HAJC para a Misericórdia uma alternativa viável? E qual o impacto esperado, com a experiência já adquirida noutros casos? Na sequência da elaboração destas questões, foram igualmente identificadas as entidades e personalidades a ouvir no sentido de obter fundamentos e opiniões que permitam obter as respostas pretendidas. Em concreto, deliberou-se ouvir: Numa primeira fase: - O Presidente do Conselho de Administração do HAJC; - O Presidente da ARSC. Numa segunda fase (e apenas se tal se viesse a considerar necessário): - O Provedor da SCMC; - Outras personalidades ou entidades cuja posição pudesse ser relevante no âmbito dos trabalhos desenvolvidos por esta Comissão. A posição do Presidente do Conselho de Administração do HAJC: A segunda reunião teve lugar em 11-02-2015, também na Câmara Municipal de Cantanhede, com a presença de todos os membros da Comissão de Trabalho e do então Presidente do Conselho de Administração do HAJC, Dr. Aurélio Rodrigues, a quem foram colocadas as questões atrás referidas, com especial incidência no aspetos de gestão. As posições e opiniões expressadas pelo Dr. Aurélio Rodrigues estão abaixo sumariadas e agrupadas por áreas. O Papel e a Gestão do HAJC: - A gestão do HAJC é hoje extremamente difícil devido a questões diversas: a) Limitações à contratação (impossibilidade de abertura de vagas no mapa de pessoal; os médicos não concorrem pelos preços que é permitido pagar; a cirurgia por vezes não funciona, ora por falta de anestesista, ora por falta de um dos cirurgiões da equipa, sendo difícil conciliar horários de 3 profissionais contratados de modo distinto); b) Diminuição da receita orçamental impossível de contrariar sem aumentar

a produção; c) Obras no edifício mal conduzidas, com erros construtivos e deficiências técnicas que exigem despesas para correções, tanto no presente como no futuro, factores que condicionam o funcionamento do hospital; d) Falta de escala e a articulação com outras unidades de saúde tem-se demonstrado ineficiente, por falta de espírito de partilha e de cooperação institucional. Quando o processo de integração dos hospitais do CHUC estiver plenamente concluído (cumprindo o seu contrato-programa, havendo avaliação dos médicos, com a plena integração funcional e rentabilização do Hospital dos Covões, etc) é de esperar algum esvaziamento de todos os hospitais periféricos, como sejam os casos de Cantanhede e da Figueira da Foz, com repercussões também nos privados. As parcerias que tentámos incrementar com os estabelecimentos do SNS do perímetro de influência do HAJC, como o ACES, o CHUC, o Rovisco Pais, o Hospital de Anadia e o da Figueira da Foz, nunca deram os resultados que interpretamos úteis para todos e era expectável que se estabelecessem. Da parte do CHUC, o HAJC apenas serve como unidade depositária de doentes paliativos e de convalescença, se a essa área puder aceder. No âmbito da contratualização a tutela trata o HAJC como um hospital social e não com as regras dos restantes hospitais públicos, o que implica receber menos pelo mesmo ato cirúrgico. O pessoal do HAJC e os seus direitos: - Todas as questões que os trabalhadores colocaram quanto aos seus direitos foram respondidas nos protocolos já existentes e que os direitos terão sido integralmente salvaguardados. - A administração do HAJC tudo tem feito para a salvaguarda e esclarecimento desses direitos, sendo inequívoco que os vínculos dos trabalhadores se manterão na esfera pública. - Em caso de alteração do modelo de gestão, os contratos dos trabalhadores serão em regime de função pública (mantendo-se as regalias, direitos, deveres, avaliação, etc.) e serão cedidos pela ARS em regime de cedência por interesse

público (presumivelmente por um período inicial de 10 anos). - Este regime de cedência permite ao trabalhador requerer o seu cancelamento e retorno a um serviço público a todo o momento que o deseje. - A ARS poderá complementar melhor estas informações. Os serviços prestados: - O HAJC tem hoje 14 especialidades médicas, das quais 2 funcionam apenas para o serviço interno (anestesiologia e medicina física e reabilitação), enquanto as restantes 13 prestam consultas externas (cardiologia; cirurgia geral; dermatologia; ginecologia; medicina interna; oftalmologia; ortopedia; otorrinolaringologia; pediatria; pneumologia; reumatologia; urologia). - Poderá melhorar-se a articulação com o Centro de Saúde para melhoria da acessibilidade dos doentes através de marcação direta de consultas de especialidade pelo médico de família, assim como marcação de exames de MCDT se o sistema informático for dinamizado, mas com a proximidade do CHUC, o HAJC será esvaziado desta referenciação a prazo. A integração do HAJC no CHUC ou no HFFF não me parece que seja solução para potenciar o HAJC, antes pelo contrário está certo que ocorrerá o seu esvaziamento. (...) A sustentabilidade: - O HAJC apenas é sustentável com uma produção média anual de 25.000 consultas externas e 2.500 cirurgias, sendo que a cirurgia é indispensável para o financiamento global da atividade do Hospital; - A Unidade de Convalescença e a de Cuidados Paliativos, integradas na RNCCI, funcionam com regime próprio e financiamento certo pela contratualização com a RNCCI, estando o seu funcionamento garantido, desde que se mantenha a procura e referenciação. Este ano a Unidade de Paliativos cresceu finalmente de 14 para 18 camas (nos últimos 3 anos vínhamos a reivindicar por haver capacidade instalada para o seu suporte); - Pelos dados acima referidos, conclui-se que não tem havido "emagrecimento" da produtividade ou dos serviços prestados, cenário que poderá inverter-se brevemente, caso se verifique a previsão de o CHUC e o HFFF virem a

esvaziar a concorrência das pequenas unidades periféricas e se continuar a diminuir o orçamento e o quadro de pessoal. Este cenário é evidente pela falta de escala e de especialização do HAJC e pelas condicionantes da gestão pública a que está submetido sem espaço para a criatividade e inovação. O futuro: - Os objetivos de auto-sustentabilidade são difíceis de atingir na esfera pública e com as regras de contratação desta, sendo que os imperativos legais reduziram a gestão do HAJC a um mero processo de administração corrente, onde a criatividade e a inovação encontra pouco espaço; - Mesmo assim, no HAJC criou-se contra a vontade de sectores da tutela, as referidas 4 camas da Unidade de Paliativos e a Equipa Comunitária de Suporte de Cuidados Paliativos, com o apoio da Câmara Municipal de Cantanhede, de Mira e da Misericórdia de Cantanhede, que teve grande impacto na assistência domiciliária a doentes paliativos e apoio às suas famílias, como alternativa económica e funcional à insuficiência de camas de internamento; - Com gestão privada, a resolução de vários problemas é facilitada e o objetivo da auto-sustentabilidade torna-se exequível. - As eventuais alterações ao modelo de gestão de que se fala apenas implicam a passagem da gestão do hospital para a esfera privada, já que os serviços prestados e o pessoal se mantêm na esfera pública ou seja, o HAJC continuaria a ser um estabelecimento do SNS, apenas sob gestão privada. A posição da Administração Regional de Saúde do Centro: A terceira reunião teve lugar em 24-02-2015, na sede da ARSC, com a presença de todos os seis membros da Comissão de Trabalho e três elementos em representação da AR SC: o Dr. José Teresa (Presidente do Conselho Diretivo, o Dr. Luís Cabral (Voga I do Conselho Diretivo) e o Dr. Maurício Alexandre (Diretor do Departamento de Planeamento e Contratualização). As questões debatidas incidiram particularmente no papel da ARSC, nos vínculos laborais e na análise de modelos alternativos já

implementados. Sucintamente, abaixo se enunciam as respostas obtidas e as opiniões expressas. Os Hospitais das misericórdias e modelos implementados: (...) O pessoal do HAJC e os seus direitos: - Na eventual mudança de gestão do HAJC, nomeadamente em caso de transferência para a Misericórdia, todo o pessoal passará, no limite, para o mapa de pessoal da ARSC mantendo todos os direitos e regalias da carreira de origem; - Em alternativa, os trabalhadores poderão manter-se na estrutura local (mediante cedência da ARSC ao HAJC) ou, através do regime de mobilidade, integrarem alguma outra unidade hospitalar; - A experiência do Hospital de Anadia revela que cerca de metade dos funcionários se manteve a nível local, enquanto a outra metade optou por outras soluções. Os serviços prestados: (...). O futuro: - Os cuidados paliativos serão para manter nos moldes atuais, independentemente de qualquer contrato ou acordo que possa vir a ser celebrado para a parte hospitalar; - Na opinião do Dr. Maurício Alexandre, o modelo de gestão atual não dá resposta às necessidades e coloca em risco a sustentabilidade do próprio HAJC, pelo que é pertinente pensar em soluções de futuro, passem elas pela transferência da gestão para a misericórdia ou por outro modelo que venha a ser estudado e implementado; - Qualquer acordo de transferência que venha a ser celebrado pelo estado, assentará sempre em três premissas básicas que salvaguardam os interesses das diversas partes: - A vontade dos trabalhadores prevalece; - Os custos para o Estado deverão manter-se ou baixar; - A manutenção do padrão assistencial deve ser garantida. Cada caso é um caso, mas os dados de Anadia indicam que houve um alargamento do horário assistencial, bem como aumento da produtividade e em mais áreas. A posição da Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede: A quarta reunião teve lugar em 02-03-2015, na Câmara Municipal de Cantanhede, com a presença de cinco membros da Comissão de Trabalho (esteve ausente Joana Seabra, por motivos profissionais) e

dois elementos em representação da SCMC: o Dr. Rui Rato (Provedor) e o Dr. António Alexandre Henriques (Administrador Delegado). O debate versou sobre as posições assumidas pela SCMC no passado, no presente e no futuro, relativamente à possível transferência do HAJC. O passado: - A primeira reunião relativa à eventual transferência do HAJC, entre a ARSC e a SCMC teve lugar em Janeiro de 2013; - Houve várias manifestações públicas de oposição a tal transferência o que motivou o desinteresse por parte da tutela, deixando de se verificar contactos desta com a SCMC desde essa altura. - O Decreto-Lei 138/2013, de 9 de outubro, desde logo salvaguardava um enorme conjunto de questões, garantindo nomeadamente: Os direitos e regalias dos trabalhadores, o perfil de custo para o utente, a manutenção ou melhoria do perfil assistencial, a melhoria do funcionamento geral, o estabelecimento de protocolos formais e escritos; - Se o processo não avançou, não foi por culpa da SCMC, que apenas tomou uma prudente posição de silêncio, aguardando a clarificação das posições de terceiro e o desfecho dos processos em curso. O presente: - O edifício do HAJC é propriedade da SCMC, que recebe uma renda do mesmo. Em última instância e numa atitude de rutura, o edifício poderá ser devolvido à SCMC, cenário que contudo é extremamente improvável, dada a garantia de funcionamento dos cuidados continuados e dos cuidados paliativos; - Se tal se vier a proporcionar, a SCMC tem meios e capacidade para receber a gestão do HAJC, que também poderá ser assumida pela UMP em consonância com a SCMC; - A experiência entretanto adquirida com os hospitais já transferidos permite vislumbrar benefícios inequívocos para as populações, pelo que no entender da SCMC, o obstáculo mais difícil será a concertação de posições entre os agentes e forças políticas quanto ao futuro do HAJC. O futuro: - A SCMC demonstra, como sempre demonstrou, abertura para discutir com a ARSC, os moldes de uma eventual

transferência da gestão do HAJC; - Tal discussão deverá contudo iniciar-se do "zero", em virtude de várias premissas e valores discutidos em 2013 estarem já desatualizados, de terem sido implementadas melhores soluções, etc... A quinta reunião teve lugar em 19-03-2015, na Câmara Municipal de Cantanhede, com a presença de quatro membros da Comissão de Trabalho (estiveram ausentes Áurea Andrade e João Paulo Vagos, pelo motivos abaixo descritos). Foi lido o e-mail da Comissão Política do PS de Cantanhede, datado de 19-03-2015, e subscrito pelo seu Presidente, Pedro Carrana, cujo teor de seguida se reproduz: "Venho por este meio informar que, após as reuniões realizadas no âmbito da comissão criada na Assembleia Municipal, não aceitamos a intenção de privatizar o Hospital, portanto e em coerência com as diversas posições assumidos ao longo dos últimos dois anos e, em consonância com a posição distrital do Partido Socialista, os representantes do PS retiram-se da referida comissão". Após a reunião de 02-03 - 2015 foi elaborado o presente relatório que constitui a base de trabalho que a partir de agora é necessário fazer no sentido de serem encontradas soluções para o futuro do HAJC."-----

----- Foi, de seguida dada a palavra à Sr.ª Enf.ª Aurea Andrade, a qual apresentou um documento justificativo das razões que levaram os elementos do PS a sair daquela comissão, do seguinte teor: "O Partido Socialista integrou uma comissão criada na Assembleia Municipal com o objetivo único de acompanhar a situação do hospital defendendo a sua manutenção no Serviço Nacional de Saúde e a sua não privatização. Constatou-se não existir vontade nem força política da ARS e da Câmara para que haja um verdadeiro retrocesso para a intenção de privatizar o hospital. Assim o PS que desde sempre defendeu a nível local e distrital a manutenção do hospital no serviço público e integrado no Serviço Nacional de Saúde, recusou-se a continuar na referida comissão que no entender do PS apenas serviria para privatizar o hospital. O

PS reitera a sua posição contra esta privatização, porque defende iguais cuidados de saúde para todos os cidadãos e, igualmente, respeita todos profissionais que desempenham funções no hospital que foi referência nacional no domínio da rede nacional de cuidados continuados integrados nas tipologias de convalescença e paliativos. O Partido Socialista responsabiliza assim o atual Governo, a ARS e a Câmara Municipal de Cantanhede pelas consequências possam advir do processo de privatização, nomeadamente, na garantia dos serviços de saúde a disponibilizar aos cidadãos e a garantia dos postos de trabalho dos profissionais. Em conclusão, para o Partido Socialista a saúde é um bem público e no caso particular do hospital de Cantanhede é um imperativo ético e uma exigência social. Pugnarmos por um serviço nacional de saúde que assegure o acesso efetivo e de proximidade aos cuidados de saúde dos cidadãos no respeito integral pela constituição portuguesa.” De seguida informou que, há cerca de 2 meses, a ARS autorizou a colocação de mais 4 camas nos cuidados paliativos.-----

----- Interveio o Sr. Prof. Abel Carapeto, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, afirmou que, a importância daquele assunto é tal que deveria ser integrado como ponto da ordem de trabalhos e discutido com a devida importância. Relativamente ao documento apresentado, verificou existirem algumas contradições no mesmo, nomeadamente, o facto do Administrador do Hospital dizer que o mesmo é sustentável e da ARS dizer que o atual modelo de gestão do hospital é insustentável, sendo necessário encontrar modelos de gestão para melhorar aquela questão. Por outro lado, não viu qualquer garantia de que, se o modelo de gestão do hospital passar para a esfera privada, se vão manter as condições atuais ou até eventualmente melhorar. Verificou ainda que, a intenção da gestão daquele hospital passar para o privado é clara, mas sem qualquer argumento para o explicar. Assim afirmou que, a

posição do PS relativamente à questão em análise é muito clara: A esfera da gestão do hospital tanto a nível do pessoal como ao nível financeiro deveria manter-se no serviço público, garantindo a eficiência do Serviço Nacional de Saúde.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, concordou com o facto de o assunto ser deveras importante e que poderia efetivamente ter sido colocado na agenda. Informou ainda que tal não aconteceu pelo facto da elaboração do relatório ter levado algum tempo e que a Mesa dispensará ao assunto o tempo necessário para análise, evidentemente sem exageros, prolongando o período de antes da ordem do dia para que possam ser discutidos outros assuntos.-----

----- De seguida, deu a palavra ao Sr. Manuel Augusto dos Santos, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, também ele concordou que, efetivamente o assunto levanta muitas dúvidas. De seguida referiu que, no ponto 3.2 - o papel e a gestão do HAJC, o Sr. Presidente do Conselho de Administração diz claramente que a gestão do hospital é extremamente difícil devido a questões diversas, exemplificando com a alínea a) – “Limitações à contratação”, impossibilidade de abertura de vagas no quadro, os médicos não concorrem pelos preços praticados, a cirurgia por vezes não funciona por falta de profissionais em determinadas áreas, etc... Recordou a criação daquela Comissão, nomeadamente com o facto de terem colocado o mesmo número de elementos do PSD e do PS na constituição da mesma e afirmou não compreender o porquê do abandono dos elementos do PS. Referiu que o comunicado apresentado está em contraponto com tudo o que está escrito no diagnóstico, não se entendendo exatamente qual a posição que tomam, porque a única coisa que é privatizada é a gestão, ficando todo o resto na esfera do SNS, salvaguardando todas as posições, tanto dos utentes, como dos trabalhadores, como do próprio hospital, o próprio concelho e não só. De seguida, procedeu à leitura de um

comunicado da bancada do PSD: *“Confrontada com as inesperadas e surpreendentes declarações públicas de responsáveis do Partido Socialista em Cantanhede a dar conta do abandono dos seus representantes da comissão constituída no âmbito da Assembleia Municipal, por iniciativa do Presidente da Câmara Municipal, para defender a manutenção do Hospital Arcebispo João Crisóstomo na esfera do Serviço Nacional de Saúde, acautelar o funcionamento das suas valências, a bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Cantanhede tem a dizer o seguinte: 1. Com a sua atitude, o PS de Cantanhede confirma o que já se sabia há muito tempo, ou seja, que está apenas interessado em diminuir o estatuto e o prestígio do Hospital Arcebispo João Crisóstomo aos olhos da opinião pública, na tentativa de fazerem chicana política em torno da imagem que artificialmente pretendem criar; 2. Participar ativamente na busca de soluções que contribuam para o bem-estar social das populações é um desafio muito exigente e que obriga a alguma disponibilidade para plataformas de entendimento, mas nem isso desculpa que os socialistas de Cantanhede se coloquem de fora a disparar ataques em todas as direções, fazendo tábua rasa dos compromissos assumidos para constituição de uma frente comum na defesa intransigente do Hospital Arcebispo João Crisóstomo e dos interesses da população; 3. Se tivessem um módico de lealdade para com os órgãos institucionais do Município e não se tivessem furtado ao trabalho da Comissão da Assembleia Municipal, plasmado no documento “Diagnóstico da Situação do Hospital Arcebispo João Crisóstomo”, os socialistas de Cantanhede veriam como ainda há quem, no Concelho, se bate por causas que valem a pena, no caso concreto a qualidade dos serviços da unidade hospitalar; 4. Com o seu abandono da referida comissão, o PS de Cantanhede parece querer recuar às últimas eleições autárquicas, período em que inaugurou o ciclo mais negro da vida política no concelho de Cantanhede, com uma*

inqualificável campanha de insultos, boatos e mistificações; 5. É verdade que vêm aí as eleições legislativas e compreende-se que os socialistas de Cantanhede queiram mostrar serviço aos órgãos nacionais do seu partido; o que é inaceitável é que o queiram fazer sem olhar a meios, tentando aviltar pessoas e instituições que, por aquilo que representam, deveriam ser poupadas a tais manobras; 6. Em vez de colocarem o partido acima dos interesses do concelho, os socialistas de Cantanhede deveriam cumprir com lealdade as suas obrigações nos órgãos institucionais do Município, à semelhança do que tem feito o Senhor Presidente da Câmara em todas as frentes, como comprovam os contactos que tem mantido com diversas entidades, na busca da melhor solução possível para o Hospital Arcebispo João Crisóstomo, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde. 7. Acresce que, infelizmente para o PS, a história regista as posições firmes, responsáveis e serenas que o Senhor Presidente da Câmara Municipal sempre assumiu sobre esta matéria, quer perante a Administração Regional de Saúde (ARS), quer perante o Ministério da Saúde, opondo-se a quaisquer iniciativas suscetíveis de afetarem negativamente a prestação dos cuidados de Saúde no concelho de Cantanhede, mas colaborando com a tutela na valorização dos serviços, o que de resto é confirmado pela participação da autarquia nas obras de requalificação das USF e a oferta de viaturas de cuidados de saúde domiciliários, entre outras ações; 8. E para que não haja dúvidas sobre a ação que o Dr. João Moura tem desenvolvido neste domínio, a bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Cantanhede recupera o essencial da argumentação utilizada na relação institucional que tem mantido com a tutela. E que é a seguinte: 1 - O Hospital Arcebispo João Crisóstomo deve ficar integrado no Serviço Nacional de Saúde, mantendo o estatuto de hospital distrital de âmbito sub-regional, por forma a preservar o carácter de serviço público a uma população de mais de 60

mil habitantes, uma vez que serve outros concelhos limítrofes; 2 -O Presidente da Câmara Municipal opõe-se a qualquer medida que ponha em causa os postos de trabalho dos funcionários do Hospital de Cantanhede, independentemente do seu vínculo contratual, e pretende que fiquem devidamente acauteladas as condições que permitam a esta unidade hospitalar continuar a cumprir a sua missão, mantendo os serviços a funcionar com a qualidade que se lhes reconhece. 3 - Reclama ainda o cumprimento integral do protocolo celebrado entre o Município de Cantanhede e Ministério da Saúde, em 24 de fevereiro de 2007, no âmbito do qual se manteve o atendimento dos utentes num horário que permite dar resposta à generalidade das solicitações no serviço de Assistência Médica não Programada (Consulta Aberta). Esse protocolo referia ainda: a) A criação de condições para o Hospital de Cantanhede prestar cuidados continuados de convalescença e paliativos, bem como cirurgia de ambulatório; b) A manutenção das atuais consultas de especialidade e o alargamento, em articulação com o Centro de Saúde, das consultas de outras especialidades mais solicitadas, como neurologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, cardiologia e urologia; c) O funcionamento, no Concelho de Cantanhede, de uma ambulância de Suporte Imediato de Vida (SIV) com profissionais de saúde especializados; c) Reabilitação e requalificação das Extensões de Saúde/Unidades de Saúde Familiar (USF). 1. Lembra ainda que a Câmara Municipal tem sido parceiro do Ministério da Saúde na requalificação das Extensões de Saúde/Unidades de Saúde Familiar, tendo cumprido exemplarmente com aquilo que se comprometeu nos acordos celebrados com a tutela; 2. E recorda ainda que Câmara Municipal de Cantanhede assegura desde há vários anos o funcionamento dos Postos de Atendimento de Cuidados de Enfermagem nas zonas do território do concelho onde não existem extensões de saúde. Como ressalva eu refiro apenas que muitos poucos concelhos terão a

capacidade, a sorte e digamos a alegria de ter um Presidente como nós temos no concelho de Cantanhede porque o João Moura é de facto impagável, é inqualificável em tudo aquilo que faz, não há possibilidade, nunca vi ninguém com esta possibilidade. Muito obrigado Sr. Presidente por estar a frente deste concelho. Face ao exposto, a bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Cantanhede repudia veementemente a atitude do PS de Cantanhede em abandonar a comissão constituída para defender a manutenção do Hospital Arcebispo João Crisóstomo na esfera do Serviço Nacional de Saúde.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu a palavra ao Sr. João Paulo Vagos, o qual em direito de resposta, deixou bem claro que, tanto ele como a Sr.ª Enf.ª Áurea foram eleitos para aquela Comissão em representação de uma bancada e não em nome pessoal, logo se a integração da comissão é feita dessa forma, a saída também deve ser entendida da mesma forma. Afirmou ainda que, qualquer um deles tem a sua opinião pessoal e fê-la refletir nos locais próprios, quer na comissão, quer nos meios nos quais estavam indigitados, o que não quer dizer que as suas opiniões pessoais prevaleçam em relação a uma decisão, devendo assumir a posição que lhe é dada por quem está a representar. De seguida, admirou o trabalho exaustivo realizado pela bancada do PSD, relativo à análise apresentada no referido relatório. Finalmente, referindo-se diretamente ao Sr. Manuel Augusto, embora reconhecendo a sua idade e o respeito que lhe deve ter por isso, afirmou não poder admitir que o mesmo ponha em causa a sua honestidade.-----

----- Interveio de seguida, a Sr.ª Enf.ª Áurea Andrade, fazendo dela as palavras do Sr. João Paulo Vagos e lamentando que o Sr. Manuel Augusto dos Santos tenha colocado em causa a honestidade das pessoas que estiveram naquela Comissão, a

qual foi criada na Assembleia Municipal com o intuito de defender a manutenção do Hospital de Cantanhede no Serviço Nacional de Saúde.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, questionando-se sobre o facto de, quando o comunicado do PS diz que não existe vontade nem força política da Câmara Municipal e que responsabiliza o atual Governo, a ARS e a Câmara Municipal, também ele se poder sentir ofendido, pois podem estar a pôr em causa a sua honestidade. Referiu ainda não o admitir, nem o aceitar por parte de pessoas que estiveram na Comissão, que têm falado muito sobre o assunto, sabendo qual a posição tomada desde o início, que é pública e que até já aprovaram, na própria Assembleia, uma moção, por unanimidade, sobre a questão. De seguida discursou sobre o trabalho feito pela Comissão e sobre a necessidade do tema ser tratado de um modo distante e frio, por todos os membros da Assembleia, afirmando também que os Membros da Bancada do PS não deveriam ter abandonado aquela Comissão e sugerindo que haja uma retoma do processo.-----

----- Interveio, de novo, o Sr. Manuel Augusto Santos, afirmando que se referiu aos 4 membros da Comissão e que o que estava em causa eram as bancadas, não os membros em particular. De seguida referiu que, se há momentos em que estão perfeitamente em desacordo, também os há em que as bancadas e a Assembleia Municipal estão em consonância. Assim, sugeriu que se tente criar uma metodologia para em conjunto estarem em defesa do Concelho. Finalmente voltou a referir que o comunicado apresentado, nada tem de conclusões.-----

----- Foi, de seguida dada a palavra ao Sr. Dr. Luis Pato, o qual sobre o assunto em apreço, desafiou todos os Membros a olharem para a história de alguns países que tinham serviços nacionais de saúde, nomeadamente, os Estados Unidos da América e tirarem as suas conclusões. De seguida, apresentou um Manifesto contra as

políticas de comunicação da Câmara Municipal de Cantanhede, do seguinte teor:

“Manifesto Contra as Políticas de Comunicação da Câmara Municipal de Cantanhede

- No século XXI, às extensões de serviços públicos, como sucede com as câmaras municipais, está subjacente a prática de profissões ligadas à comunicação das ações dessas mesmas entidades. Através de uma presença regular em formatos impressos e digitais (no seu site), a Câmara Municipal de Cantanhede (CMC) não foge a esta regra. Porém, a CMC – com uma presença inexistente nas redes sociais – está, ainda, nas antípodas das tendências do cidadão em termos digitais. Acreditamos que esta situação é devido a receios subjacentes à exposição à opinião pública e não a outros motivos – como por exemplo, o receio, infundado, de existir algum grau de procrastinação mencionado pelo Presidente da CMC – João Moura, após a sessão da Assembleia Municipal (AM) que se realizou no auditório do Biocant, no ano passado, quando a bancada do PS levantou este problema. No entanto, este é apenas uma parte das motivações subjacentes à redação deste documento. A outra está relacionada com as práticas de comunicação da CMC. Como se sabe, qualquer prática de comunicação amplia uma determinada mensagem por uma audiência – logo, tem impacto sobre a formação da opinião pública. Ora, à luz desta responsabilidade, as práticas da comunicação têm regras deontológicas e éticas que pautam o seu exercício. Veja-se, acerca deste propósito, o “Código Deontológico do Jornalista”, o Art.º 484 “Código Cível Português”, e o Art.º 38 da “Constituição da República Portuguesa”. Na génese, todos estes elementos defendem o mesmo - a idoneidade para a prática das profissões ligadas à comunicação! As áreas da assessoria de imprensa e das relações públicas, semelhantes às que a CMC têm. Aliás, o: “Código de Atenas”, que regula especificamente estas profissões, diz que os seus profissionais e promotores têm a obrigação de no Art.º 02 - Estabelecer uma

troca de informações essenciais de uma forma livre e isenta; Art.º 03 - Ter uma postura responsável, profissional e ética. No que concerne às responsabilidades, considera-se que se deve: Art.º 08 - Agir de forma a que nenhum dos envolvidos e interesses num determinado processo sejam esquecidos reconhecendo os seus direitos à exposição mediática; Art.º 09 - Comunicar de uma forma leal e com integridade em todas as circunstâncias. À luz destes elementos verificamos que as práticas de comunicação da CMC transmitem uma mensagem enviesada à população. Falamos, fundamentalmente, dos assuntos em que os elementos eleitos pelo PS, tanto para a AM como para o Executivo, estão envolvidos, e não são mencionados em espaços públicos como o site da CMC. É óbvio que o facto de, em alguns momentos, não serem convidados para as iniciativas, também não ajuda. No entanto, verifica-se o mesmo em situações em que estes elementos estiveram presentes e participaram com um papel ativo numa decisão. Acerca deste assunto, vejam-se os seguintes exemplos - a “situação dos Caulinos” - um problema que foi abordado primeiramente através de uma iniciativa da bancada do PS, numa sessão da AM, do ano transato, e que, posteriormente, a CMC avançou com esta questão levando-a para a agenda nacional. Recordo que para além do destaque que o PS deu ao assunto na AM e nas reuniões de Câmara através dos vereadores eleitos, ainda convidou Deputados da Assembleia da República da bancada do PS para visitar a área que poderia vir a ser afetada. Ação que acabou por ser imitada posteriormente pelo PSD. No entanto, a CMC nunca mencionou o papel ativo que o PS teve e ainda tem acerca deste assunto em comunicados disponíveis no seu site. Aliás, esta estratégia já não é nova. Veja-se a questão da União/Extinção de Freguesias, o processo de privatização do Hospital de Cantanhede e nas questões relacionadas com a saúde pública no nosso concelho! Veja-se o recente caso das Extensões de Saúde de Vilamar, Corticeiro e São

Caetano. Tantas intervenções dos órgãos eleitos pelo PS, por exemplo, aqui na AM, e nem uma palavra nos comunicados da CMC no seu site! Aliás, para além destes aspetos, há ainda os exemplos, provenientes da vinda de personalidades a Cantanhede – como aconteceu com a, recente, visita de Aníbal Cavaco Silva, ao Centro de Saúde de Cantanhede, em que os Vereadores do PS estiveram presentes e foram vergonhosamente ignorados no texto que foi prontamente colocado no sítio da CMC! As fotografias publicadas no site da Presidência da República não nos deixam mentir. Basta consultar este espaço. Aliás, não é só na questão do agendamento e transmissão de conteúdos que estas omissões se verificam. A forma como se redigem os textos disponíveis no site da CMC também é um exemplo destas omissões. Neles implementou-se a prática usual de mencionar, de uma forma descritiva, pelo nome e função desempenhada na CMC os elementos do executivo, eleitos pelo PSD. Isto para não mencionar a abordagem fotográfica em que a angulação das lentes teima em destacar os elementos do PSD e “cortar” os do PS! A isto chamamos uma “miopia seletiva”! Portanto, não é um acaso, é uma estratégia da exclusiva responsabilidade da CMC e de quem a impõe que de inocente nada tem. A CMC serve-se dela para ampliar uma mensagem incompleta para tentar construir uma determinada opinião pública e não a verdadeira. É um flagelo social, um atentado contra a nossa cidadania comum. A CMC é uma instituição pública, usa dinheiros públicos, logo tem a obrigação de fornecer serviços de natureza pública isentos e verdadeiros. Aqui, inclui-se a comunicação... É uma questão ética, legal porque é um ataque à nossa cidadania comum. Acerca deste propósito, a UNESCO diz que: “ao estado compete promover uma comunicação que: mantenha uma vigilância do bem-estar comum; resista a subversões mediáticas e respeite o público”. Em Cantanhede, à luz destes exemplos, verifica-se que tal não se está a acontecer. Portanto, a

resolução deste problema não representa um favor para os elementos eleitos pelo PS é algo mais importante! É o vosso dever enquanto agentes de interesse público porque a manter-se, este procedimento, representa, não só uma falta de respeito grave perante o eleitorado de Cantanhede, mas também a implementação de um embuste, uma farsa dantesca, um assalto intelectual e tirânico à nossa cidadania comum através de uma manipulação enviesada do processo de construção da opinião pública em Cantanhede típico de regimes que não são democráticos... Esta situação urge, por isso, uma correção imediata, porque, como diria ironicamente, a filósofa alemã, Hannah Arendt: “sobe a tirania é mais fácil agir do que refletir...” E em termos de comunicação, estas ações da CMC têm ultrapassado um dos baluartes do sistema democrático porque cargos públicos devem promover serviços desprovidos de outros interesse que não sejam de natureza pública... Estaremos a atentos e denunciaremos situações futuras!”-----

----- Interveio ainda o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes referiu-se aos seguintes assuntos: - Deu os parabéns ao Grupo Folclórico “Cancioneiro de Cantanhede” pelo facto do Folk Cantanhede/Semana Internacional de Folclore, evento que conta com o apoio da Câmara Municipal e das Juntas de freguesia deste concelho, ter sido galardoado “Embaixador Cultural CIOFF”, importante galardão de uma ONG, com relações formais com a UNESCO, no âmbito da salvaguarda do património cultural e material; - Realçou a visita a Cantanhede, no âmbito do programa “Embaixadoria” promovido pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, do embaixador da Alemanha em Portugal Ulrich Brandenburg, no passado dia 13 de março, o qual se manifestou bastante agradado pelo que viu pelo Concelho; - Deu os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, por ter sido eleito vice-Presidente da TEC-

PARQUES, Associação Portuguesa de Parques de Ciência e Tecnologia; - Deu nota positiva para o Departamento da Cultura e para o Sr. Vereador da Cultura, Dr. Pedro Cardoso, pela realização do XXVII Ciclo de Teatro, no qual participaram 14 grupos de 10 freguesias do concelho, referindo ser uma iniciativa de louvar e que põe o Concelho a mexer, em termos culturais; - Enalteceu o facto de, desde o início do ano ter começado a constar do site da Câmara um resumo das deliberações tomadas quer pela Câmara, quer pela Assembleia Municipal, demonstrando um elevado grau de transparência; - Relativamente ao comunicado lido pelo Sr. Dr. Luís Pato, referiu compreender que o mesmo queira a presença da Câmara Municipal nas redes sociais, talvez para ampliar um pouco a voz que falta ao PS, dado o número reduzido de Membros que têm nesta Assembleia e o peso eleitoral que foi conferido pelo povo. - Recordou a presença do Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva; - Referiu o esforço da Câmara na organização de mais uma cerimónia do 25 de Abril e destacou a exposição “A cor da Liberdade”, a música de Fragoso e a apresentação editorial do livro de Ouro do Município de Cantanhede; - Enalteceu o sistema de rotatividade dos Membros implementado na bancada do PSD, permitindo trazer gente de mais zonas do Concelho, que poderão apresentar outros contributos e outros problemas; - Enalteceu a revisão do PDM, pelo trabalho dos técnicos, bem como pela aplicação informática que permite de uma forma facilitada apresentar sugestões: - Finalmente referiu-se à questão do Hospital, enquanto membro da comissão eleita, não colocando em causa a posição pessoal dos elementos que fizeram parte da mesma, referiu ser da opinião que, o facto de se retirarem é uma forma muito pobre de exercer a democracia. Acredita que teria havido outras formas de fazer valer as suas posições, manifestando a sua discordância em ata ou exarando conclusões diferentes com os mesmos dados. De seguida, discursou sobre o facto de aqueles elementos não terem

estado presentes aquando da elaboração daquele documento, o que lhes dificulta a compreensão do mesmo e de seguida, após tecer algumas considerações sobre o mesmo, criticou o comunicado apresentado pelos membros da Bancada do PS.-----

----- Falou o Sr. Filipe Figueiredo afirmando que aquelas discussões não levam a nada, pois todos sabem perfeitamente que o Hospital vai passar para a Administração da Santa Casa. De seguida, discursou sobre o tema, afirmando estar contra a descentralização do Serviço Nacional de Saúde e questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a sua opinião, se é a favor da passagem da Administração do Hospital para a Santa Casa ou se acha que está bem como está.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Dr. Adérito Machado, o qual agradeceu à Câmara Municipal a sensibilidade que teve para com os Bombeiros Voluntários de Cantanhede ao estabelecer o Protocolo para o ano 2015/2016, que contempla a quantia de 90.000,00€. Como Presidente dos Bombeiros, mas também como Membro da Assembleia e como munícipe, considera ter sido uma brilhante iniciativa porque, embora haja gente responsável que tenta a todo o custo manter um nível superior de proteção e vigilância não é o suficiente. Acrescentou que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede é deficitária em relação ao seu Orçamento pelo que, a celebração daquele Protocolo faz com que fique mais equilibrado, dando outro folgo e outra pujança no que possa ser desenvolvido pelos bombeiros a nível concelhio. Considerou ainda que os Bombeiros têm de ser reconhecidos pelas pessoas, porque são eles numa primeira linha que podem ajudar e muitas vezes salvar. De seguida, falou de democracia e da representatividade dos Membros da Assembleia, considerando importante que cada um tenha a noção que está na Assembleia porque representa o povo, porque foram eleitos por ele. Informou ainda ter participado nas cerimónias do 25 de Abril, as quais

considerou muito interessantes e recordou, sobre tudo, que foi lembrado o direito à intervenção, mas essencialmente o direito ao respeito pelos outros, o que é muito importante. Falou ainda do hospital de Cantanhede, dizendo que, como funcionário do mesmo reconhece talvez melhor a sua situação. Afirmou que o Hospital de Cantanhede neste momento funciona e, cada vez mais, se encontra impedido do seu normal funcionamento por uma única razão; A falta de dinheiro. Assim, cada vez tem menos consultas, menos clínicos com capacidade para fazer consultas e menos serve o povo. De seguida afirmou que pior que fazer mal é nada fazer e que não tinha a mínima dúvida de que, o Sr. João Paulo Vagos e a Sr.ª Enf.ª Áurea Andrade gostariam de ter sido envolvidos no processo. No fundo, representam a voz do povo e é essa voz que é pedida ao Membro da Assembleia Municipal. Assim, afirmou discordar com o facto de terem misturado um Partido com uma atitude pessoal, quando eleitos pela Assembleia Municipal. Finalmente, voltou a referir-se ao objetivo da democracia, a qual serve para representar quem os elege, única e exclusivamente, pelo que, no caso do hospital compete à Assembleia defendê-lo, dando a sua opinião sobre o assunto.-

----- Foi ainda dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Sr. Fernando Pais Alves, o qual, após cumprimentar todos os presentes, deu os parabéns à ARS Centro e a todos os Conselhos de Administração que passaram pelo Hospital Rovisco Pais, pela abertura de mais 30 camas, no Centro de Medicina de Reabilitação, encontrando-se 15 já a funcionar. Referiu ainda que foi bom para a Tocha, para o Concelho e para todas as localidades limítrofes e sobretudo para os doentes que poderão ser tratados ali e pelos postos de trabalho criados.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, alertando para a adiantada hora e a necessidade de terminar o período antes da

ordem do dia, apelando á capacidade de síntese de todos os Membros, pois havia ainda alguns inscritos Membros para falar.-----

----- Interveio, o Presidente da Freguesia de Sepins e Bolho, Sr. Luís Arromba, o qual após cumprimentar todos os presentes, agradeceu ao Executivo pela forma como lidou com a Freguesia de Sepins e Bolho, no sentido de protocolar a execução do polidesportivo de Sepins, o qual foi inaugurado no domingo anterior à data da presente sessão.-----

----- Foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, Sr.^a Dr.^a Marise Pessoa, a qual após cumprimentar todos os presentes fez a seguinte intervenção: *“Tendo sido designada na Assembleia Municipal de 19 de fevereiro de 2015 como autarca da freguesia para estar presente no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses que decorreu no dia 28 de março em Troia, venho transmitir o programa e um breve resumo de alguns assuntos discutidos e desafios lançados pela Associação Nacional de Municípios à Assembleia da República, ao Governo e aos Partidos Políticos. O congresso iniciou com a sua sessão de abertura no dia 27 de março realizado pelo Presidente da Câmara Municipal de Grândola, pelo Presidente da Mesa do Congresso da Associação Nacional de Municípios e Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Carlos Carreiras, pelo Presidente do Conselho Diretivo da ANPM e Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Machado. De seguida iniciou-se a primeira sessão de trabalhos que decorreu com apresentação e aprovação do Regulamento do XXII Congresso, apresentação e aprovação às alterações aos estatutos da ANMP e apresentação do relatório de atividades. A segunda sessão de trabalhos foi dirigida por alguns conferencistas convidados sobre os temas de autonomia do Poder Local, o financiamento do Poder Local, Os Novos desafios do Poder Local no Portugal 2020,*

o Poder Local e a competitividade económica da base territorial. A terceira sessão de trabalhos, já no segundo dia do Congresso decorreu sobre 5 temas: A autonomia do Poder Local, O Estado no Território, Políticas Sociais Locais, Financiamento do Poder Local e Fundos Comunitários. A quarta sessão de trabalhos consistiu no debate e na apresentação da proposta de resolução do XXII Congresso da ANMP e finalmente a sessão de encerramento foi dirigida pelo Presidente da Mesa do Congresso da ANMP, pelo Presidente do Conselho Diretivo da ANMP e pelo Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro. As propostas do congresso fazendo um breve resumo. O desafio que se colocou e o repto que se lançou aos agentes políticos é o da construção de um Poder Local forte, que fomente o desenvolvimento, que satisfaça as necessidades essenciais das populações, que seja respeitado nas suas atribuições e competências e na sua autonomia de gestão. O XXII Congresso da ANMP reafirmou que o conjunto de propostas preconizadas na Resolução e nos documentos temáticos constituiu um contributo insubstituível para o superar dos problemas do País e para o alcançar do bem-estar das populações. São destinadas à Assembleia da República, ao Governo e aos Partidos Políticos, e configuram-se como contributos essenciais para uma mudança de paradigma e para o fortalecimento do Poder Local, como fator incontestável do desenvolvimento de Portugal e do aprofundamento da democracia. O XXII Congresso formulou as seguintes propostas: Criar as condições que permitam aos Municípios, mediante mecanismo adequado, requerer ao Tribunal Constitucional a fiscalização abstrata da constitucionalidade ou da legalidade de determinados normativos legais respeitantes ao Poder Local. Consagrar a matéria relativa ao estatuto legal das Autarquias Locais (atribuições, competências, funcionamento, estatuto dos eleitos locais, bem como o regime de finanças locais) como de reserva absoluta de competência legislativa da

Assembleia da República e como legislação orgânica. Garantir a estabilização do quadro legislativo no domínio das leis de atribuições e competências das Autarquias Locais. Rever um conjunto de diplomas legais que atentam contra a autonomia local, nomeadamente, o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, os normativos relativos à contratação e gestão de recursos humanos e os regimes aplicáveis à organização dos serviços e ao pessoal dirigente. Regular o regime da organização dos serviços e dos dirigentes das Entidades Intermunicipais. Exigir o respeito pela autonomia do Poder Local e o direito constitucional na celebração dos Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública. Garantir em todo o território nacional, com acuidade particular nos territórios de baixa densidade, serviços públicos de proximidade, essenciais ao bem-estar das populações e à satisfação dos seus direitos fundamentais (nomeadamente na saúde, educação, justiça, finanças e segurança), que para além do serviço essencial que prestam às populações, são o garante da sobrevivência dos territórios. Estaria aqui mais uns 10 minutos a mencionar todas as medidas, um breve resumo de todas as medidas promovidas por este congresso. O que eu sugeria era se algum dos deputados ou público aqui presente pretendesse alguns esclarecimentos, podemos reunir e poderei formular alguns esclarecimentos sobre os assuntos tratados neste congresso. Resumindo o Congresso reafirmou a contínua disponibilidade do Poder Local para a construção das soluções e dos compromissos que possam propiciar o desenvolvimento harmonioso e solidário de Portugal, na certeza de que, só dessa forma, será possível legar às gerações futuras um país em que se revejam e vivam com orgulho e dignidade. O lema deste Congresso foi "AFIRMAR PORTUGAL COM O PODER LOCAL." Um outro assunto que queria também abordar relativamente à Feira do Tremoço. Aproveito a oportunidade da palavra para formular o Convite a

todos os presentes a visitarem a XII Feira do Tremoço nos dias 29, 30 e 31 de maio na Praia Fluvial dos Olhos da Fervença, organizada pela Junta de Freguesia de Cadima com o apoio da CMC, com o objetivo de promover e divulgar uma ancestral tradição da freguesia de Cadima, bem como promover o produto local "Tremoço", no âmbito sociocultural e turístico da região. Integrado nesta edição da Feira do Tremoço teremos mais três eventos que merecem destaque: - "X BTT Caminhos do Tremoço" no dia 24 de maio, prova federada, organizada pelos Seixeiros BTT e Casa do Povo de Cadima. Prova de BTT 55Km, Passeio BTT 25Km e Passeio Pedestre 8 a 10Km. Evento que promove o que de melhor temos na Freguesia e no Concelho, percorrendo caminhos, trilhos e lugares únicos. Pretendo dar foco à IV Concentração de Vespa Clube Paperinos – Rota do Espumante da Bairrada, nos dias 30 e 31 de maio, na Praia Fluvial dos Olhos da Fervença, organizada pela associação da freguesia Vespa Clube Paperinos, membro do Vespa Clube de Portugal. Destaque para Sábado para o Percurso Vespa-Turístico: Rota do Espumante com percurso pelo Concelho de Cantanhede. Pretendo também dar destaque a um evento solidário que decorrerá no dia 31 de maio às 10horas, é o Zumba Solidária Apahe- Saída para Roma do Autocarro do Amor. Este evento tem como objetivo apoiar a APAHE (uma associação sem fins lucrativos que defende e protege os interesses das pessoas com ataxias hereditárias, forma de patologias genéticas raras, incuráveis e degenerativas) e o autocarro do Amor na sua peregrinação a Roma. O Autocarro do Amor com consiste numa bicicleta para duas pessoas, designada por tandem, que o Aires Costa adquiriu para poder transportar e acompanhar a sua esposa Jacinta Costa portadora da doença Machado Joseph (doença incurável com ataxia hereditária), sob o lema : "Não consegues sozinha?! Então vamos os dois... ". Os dois sozinhos já fizeram várias peregrinações, inclusive a Santiago de Compostela de tandem, e desta vez no dia 31

de maio partem de Cadima com destino a Roma com o objetivo de estar com o Papa. Esta aula assinala simbolicamente a partida do "autocarro do amor" para Roma o que é mais do que uma lição de VIDA, uma prova de amor! Os apoios serão divididos da seguinte maneira: todos os fundos arrecadados neste Zumba serão doados na totalidade à instituição e o apoio ao Autocarro do Amor será o nosso acompanhamento de bicicleta com partida de Cadima às 11h00 até aos Olhos da Fervença, local onde decorre também a Feira do Tremoço onde todos podem almoçar e aproveitar para dar força ao casal de aventureiros que inicia assim a sua peregrinação a Roma. Agora em jeito de conclusão e só um pormenor queria aqui referir que, relativamente à intervenção do colega Luis Pato quando da visita do PS aos olhos da Fervença sobre o assunto dos Caulinos também estive presente e na qual fiz passar um abaixo-assinado na defesa dos nossos interesses da população e dos Olhos da Fervença e as notícias que tenho lido e que li na altura sobre o assunto foram, posso citar uma delas: "Deputados de Coimbra visitaram os Olhos da Fervença. Os Deputados do PS de Coimbra, Rui Duarte, Mário Ruivo e João Portugal acompanharam os vereadores socialistas na Câmara Municipal de Cantanhede Carlos Ordens e Pedro Carrana e os membros da Comissão Política Concelhia na visita realizada hoje, pelas 15h, à nascente dos Olhos da Fervença, freguesia de Cadima." Porquê estar a individualizar partidariamente quando os interesses são comuns."-----

----- Foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, Dr.^a Eduarda Pedro, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, deu os parabéns ao seu conterrâneo João Carlos Costa da Cruz, de pseudónimo "António Canteiro" por mais um prémio literário ganho, desta vez em Loures. Acrescentou que, António Canteiro recebeu o 1º prémio do Prémio Literário Maria Amália Vaz de Carvalho com o seu trabalho intitulado "Logo à tarde vai estar frio", obra que será

publicada brevemente. Referiu ainda que, António Canteiro recebeu já vários prémios, ao longo de 10 anos: - 1º Premio Literário Carlos de Oliveira, uma menção honrosa com o romance “Paredes de adobe”, livro já editado; - Em 2009, um prémio de poesia na Câmara Municipal da Murtosa com uma menção honrosa; - O prémio literário Alves Redol com o 1º lugar e a edição do romance “Ao redor dos muros”; - Em 2011 nova menção honrosa com o prémio literário João Gaspar Simões e a edição de novo livro “Largo da capela”, um romance; - Em 2013, em Vila da Nogueira de Azeitão, prémio Nacional de poesia “ Sebastião da Gama”, apresentado no dia 18 de abril na Biblioteca Municipal de Cantanhede. Finalmente, agradeceu à Câmara Municipal por ter estado atenta ao trabalho daquele escritor que, desta forma, promove a nossa área de residência, nomeadamente, a região da Gândara e da Bairrada mais concretamente a região da Gândara.-----

----- Interveio o Sr. Prof, Abel Carapêto dizendo que, quer os elementos do PS quer o próprio PS de forma alguma abandonaram aquele assunto e que a comissão de acompanhamento do Hospital de facto não chegou a nenhuma conclusão. Referiu ainda que o PS é claro no seu propósito e defende intransigentemente a manutenção do Hospital no Serviço Nacional de Saúde. Esclareceu de seguida que, a posição que o PS tomou de abandonar aquela comissão, foi porque se apercebeu, em determinada altura, que não havia vontade política da ARS em manter o hospital no Serviço Nacional de Saúde, tudo fazendo para esvaziar o hospital e para transferir a gestão privada para a Misericórdia. Acrescentou que o caminho do PS é sempre na defesa dos interesses das pessoas do concelho e embora acusados na presente sessão de desonestidade e de não estarem a defender os interesses das populações, afirmou que o PS não recebe lições de moral, nem de democracia, nem de nenhum partido e muito menos das pessoas que usaram da palavra nesse sentido. Afirmou ainda que

o PS é a voz da indignação e não vai compactuar com nenhum modelo de gestão que ultrapasse aquele que é o modelo de gestão atual, pois se as condições no Hospital não são as melhores, é porque o Governo não tem vontade política para tentar ultrapassar os problemas e se o Hospital está com dificuldades, os responsáveis são o Ministro da Saúde e o Governo porque não encontraram as soluções políticas para ultrapassar os constrangimentos. Afirmou ainda que, se o poder político e público não são capazes de resolver o problema, está errado serem os privados a fazê-lo, pois estes, neste tipo de gestão não vão perder dinheiro, de forma alguma. Por outro lado, acredita que, se a gestão pública diz que é insustentável ou que não é viável nenhuma entidade privada, que tem por finalidade a obtenção de lucro, irá assumir a gestão daquele Hospital, sabendo, à partida, que é insustentável. Voltou a referir que, há uma questão política, a ARS representa o Governo e não tem interesse em manter o Hospital na esfera pública. Por seu lado o PS considera que há condições para manter o Hospital na esfera pública, existindo vontade política para isso, o que não é o caso do Governo. De seguida, falou sobre o facto do Presidente da República ter visitado o Concelho sem que ninguém desse pela sua presença e referiu que como membro da bancada não foi convidado, nem foi informado da sua visita, assim como outros colegas e a maior parte da população. Recordou outros tempos em que a visita de um Presidente da República a um Concelho, a uma aldeia, a uma vila, a uma cidade, era motivo de festa, era motivo de união e constatou que, neste momento parece que as visitas das entidades políticas, quer seja Primeiro-ministro, quer seja Presidente da República, são motivo de vergonha porque eles visitam as terras de uma forma envergonhada, encapotada, escondida e secreta. Referiu ainda que o Sr. Presidente da Comissão Política do PS tentou falar com o Sr. Presidente da República para lhe entregar um documento e foi impedido, não o tendo conseguindo. Finalmente, referiu-

se à questão da água pública, com a recente publicação de legislação que ameaça seriamente a continuidade da gestão das águas da esfera pública, querendo transferi-la para a gestão privada. Sobre este assunto defendeu que o PS, na linha que dos seus princípios, defende que a gestão deve ser uma gestão pública, integrada e responsável. Assim, afirmando que a questão das águas públicas, que são um bem para todos, consagrado na constituição como um bem essencial e que deve ser preservado como tal, apresentou a moção a seguir transcrita, solicitando que a mesma fosse unânime, no sentido de que todos os elementos da Assembleia tomassem uma posição: *“MOÇÃO (Em defesa da Água Pública) - A água é um elemento essencial à vida, e, mais especificamente, à vida humana, manifestando-se a sua importância na composição do corpo humano, na saúde pública, na qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades e no equilíbrio do nosso planeta. Os sistemas de abastecimento de água e de saneamento, dos mais rudimentares aos mais desenvolvidos, são historicamente, fruto do esforço, investimento e inteligência das populações e, mesmo os atuais, são o resultado de centenas e mesmo milhares de anos, de esforço contínuo de construção e aperfeiçoamento. Logo, constituem um património, um conjunto de valores intrínsecos, materiais e imateriais, que não são passíveis de contabilização. Os sistemas de abastecimento de água e de saneamento em Portugal conheceram um decisivo avanço com as condições políticas e sociais proporcionadas pela Revolução de Abril e foram decisivamente impulsionados: pelas populações que os construíram elas próprias com as suas mãos e organização, que participaram na sua construção e que os reivindicaram dos poderes locais e centrais; pelo poder local democrático saído da revolução e consagrado na Constituição da República Portuguesa aprovada a 2 de abril de 1976; e pelo Estado, com dinheiros públicos, quer promovendo a construção de grandes infraestruturas fundamentais ao seu*

desenvolvimento, como as barragens, quer através da constituição de um instrumento de intervenção em cooperação com o poder local, a empresa pública de Águas de Portugal. Considerando as ameaças que pairam sobre o sector da água, saneamento e resíduos sólidos e que têm sido materializadas em declarações públicas de responsáveis governamentais, desde logo pelo Primeiro-Ministro, afirmando, antes, a vontade de privatizar e, mais recentemente, a de privatizar, concessionando e, considerando, ainda, os anúncios de medidas legislativas que assumem o objetivo de retirar aos municípios as competências e autonomia nas áreas da água, do saneamento e dos resíduos sólidos. Considerando o exposto, a Assembleia Municipal de Cantanhede, por proposta dos deputados do Partido Socialista desta Assembleia, reunida em sessão ordinária a 30 de abril, delibera: 1 – Denunciar como um atentado aos interesses dos munícipes e ao poder local, toda e qualquer medida tendente a promover a privatização destes fatores. 2 – Denunciar como um esbulho às populações e aos municípios todas as medidas tendentes a transferir para as mãos de privados, seja por que via for, os sistemas e serviços construídos com dinheiros públicos e o esforço de gerações. 3 – Manifestar a sua solidariedade com todos os que travam esta mesma batalha em defesa dos interesses nacionais e das populações. 4 – Reafirmar as posições reiteradamente assumidas de defesa da gestão pública da água, do saneamento e dos resíduos sólidos. 5 – Reafirmar o seu total empenhamento em defender e contribuir para o reforço do serviço público municipal de excelência. 6 – Por último, a enviar a presente moção à Assembleia da República, a todos os Grupos Parlamentares, ao Primeiro-Ministro e à Secretaria de Estado do Ambiente.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa afirmou que, provavelmente, não haveria tempo para discutir a moção no período antes da ordem do dia e, de seguida colocou a Moção a

votação para aceitação. Efetuada a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, para discussão e votação. De seguida afirmou tratar-se de um assunto deveras importante, que também ele merecia ser incluído na ordem de trabalhos pelo que sugeriu, atento ao período de antes da ordem do dia já decorrido, que o assunto pudesse ser incluído na ordem de trabalho da próxima Assembleia Municipal.-----

----- Concordando com o Sr. Presidente da Mesa, o Sr. Prof. Abel Carapêto, propôs que a Moção apresentada fosse então incluída na ordem de trabalhos da próxima Sessão da Assembleia Municipal. De seguida solicitou que se distribuísse cópia daquela Moção por todos os Membros da Assembleia Municipal para que possam analisá-la e prestar os contributos que acharem convenientes, melhorando assim aquele documento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes informou que a Mesa aceitou a proposta, pelo que, aquela moção será incluída na próxima sessão da Assembleia Municipal como um ponto de discussão na ordem de trabalhos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual passou a responder às questões levantadas: - Sobre a vinda e a visita do Sr. Presidente da República, informou que, efetivamente, a mesma foi organizada pelos Serviços da Presidência da República, os quais se limitaram a informar o Presidente da Câmara e o Executivo que passariam por Cantanhede e iriam ao Centro de Saúde de Cantanhede. Informou ainda que, aquela uma passagem do Presidente da República juntamente com o Ministro da Saúde, tinha por objetivo uma ação para divulgar o Portal da Saúde, tendo sido escolhido Cantanhede, de entre 308 municípios. Assim, considerou que todos se deveriam sentir orgulhosos por aquela ação de divulgação ter sido realizada no Centro de Saúde de Cantanhede. Explicou ainda que, teve a deferência de convidá-los para almoçar, bem como ao Executivo,

inclusive os vereadores da oposição e o Presidente da Assembleia Municipal. Referiu ainda que foi tudo muito restrito e que nem podia fazer a divulgação do evento porque o mesmo foi preparado pelos Serviços da Presidência da República que apenas o convidaram. Acrescentou que não se tratou de uma visita oficial a Cantanhede, mas sim de uma passagem, pois o Sr. Presidente da República esteve, da parte da manhã na Reitoria da Universidade de Coimbra, passando por Cantanhede e depois foi a outro Município da região; Sobre a questão que foi focada relativamente à água, referiu ter havido um lapso, referido concretamente pelo senhor Vereador Dr. Carlos Ordens, sobre a questão não ter sido referenciada no Portal, lapso esse que foi detetado pelos serviços e que de imediato foi corrigido; - Quanto à notícia afirmou que não houve qualquer intenção, pois a mesma apenas referia a presença do Sr. Presidente da Câmara e dos dois vereadores em permanência nem fazia referência à presença do Presidente da Assembleia Municipal, nem à presença do Vereador Sr. Júlio de Oliveira e da Sr.^a Vereadora Enf.^o Célia Simões, não se tratando da questão de se ter colocado de lado os Vereadores da oposição; - Relativamente às insinuações feitas pelo Sr. Dr. Luis Pato, afirmou não se rever em nada nas afirmações que foram feitas em relação à questão da publicitação, da comunicação e das suas práticas. De seguida, afirmou que nunca o PSD ousou usar os serviços da Câmara para colocar as suas ações de campanha ou fazer o que quer que seja, pois tem os seus próprios mecanismos, nomeadamente, através da imprensa. Acrescentou ainda que nunca permitiria que numa ação de campanha fosse feito o que o Partido Socialista fez, ou seja uma fotomontagem de uma campanha para simular uma grande multidão colocada num jornal de campanha; - Relativamente à questão da água, afirmou que a posição do Executivo sempre foi a mesma, até porque existe a Empresa Municipal que é modelo na questão da gestão da água, sendo assim importante estarem juntos

na defesa da água pública. Acrescentou que, o assunto é consequência das políticas erradas dos governos de José Sócrates e das parcerias público-privadas e do que foi feito e praticado vários anos e que levou a esta encruzilhada. Acrescentou que a culpa também poderá ser de anteriores governos do PSD, mas que deve existir um certo raciocínio e frieza para analisar o tema sem se estarem permanentemente a atacar cada partido. Referiu também que, foi a gestão pública irresponsável que conduziu ao que está a acontecer nos sistemas multimunicipais onde as Águas de Portugal detêm a maioria de capital, as quais por terem essa maioria, têm decisão sobre as matérias que se sobrepõem aos próprios Municípios.-----

----- Falou, de novo, o Sr. Dr. Luís Pato, em direito de resposta, afirmando que o Sr. Presidente da Câmara pode não se rever nas críticas efetuadas, mas que é verdade, pois foram dados diversos exemplos. Acrescentou não se estar a referir às atas que são transparentes mas sim às notícias breves. De seguida falou sobre a teoria do agendamento, que tem a ver com o enquadramento noticioso. Daí referiu que, a notícia que apareceu no site falava fundamentalmente dos dois Vereadores em Regime de Permanência, quando se poderia ter optado por outro tipo de enquadramento onde incluiria, obviamente o restante corpo da Vereação, incluindo os Vereadores eleitos pelo PS. Assim, questionou sobre o porquê daquele enquadramento. Respondendo à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, Dr.ª Marise Pessoa, considerou que a mesma fez e transmitiu um bom acompanhamento do Congresso da ANMP pelo que lhe deu os parabéns. Esclareceu, de seguida, que se referiu exclusivamente ao site do Município e não à imprensa em si, pois considera que o trabalho feito a nível local pela mesma é de louvar, tanto dos órgãos de comunicação locais, como do Diário As Beiras e do Diário de Coimbra. Sobre estes últimos referiu que apesar de terem a sua sede em Coimbra, têm a

despesa de ter uma delegação em Cantanhede, pelo que deu os parabéns àqueles órgãos de comunicação e referiu que pela conjuntura económica que se vive no país, só quem está ligado à imprensa sabe qual é a dificuldade de ter jornalistas e profissionais, em Cantanhede, para fazerem trabalhos exclusivos sobre o Concelho.-

----- Pediu de novo a palavra o Sr. João Paulo Vagos, passando a clarificar ainda algumas questões relativas à Comissão de Acompanhamento do Hospital, da seguinte forma: - Aquela Comissão foi constituída com o objetivo de elaborar um estudo de diagnóstico sobre o hospital Arcebispo João Crisóstomo; - Como é patente no relatório apresentado os trabalhos daquela Comissão atingiram o seu objetivo; - Não considera, de forma alguma, ter saído da mesma antes do tempo, uma vez que esteve presente na reunião realizada em 19/03/2015, na qual foi o mesmo elaborado; - Por esse facto acha que deveria ter tido acesso àquele documento; - A continuidade da Comissão e a reunião marcada para o dia 19 de março pressuponha a aceitação ou a anuência a possíveis e consequentes iniciativas a tomar com a passagem da gestão do Hospital para os privados e o Partido Socialista considerou que não deveria aceitar aquela passagem para a gestão privada; - Referindo-se à questão da democracia, considera que ter opinião é importante, sendo aconselhável e conveniente fazer valer a mesma nos devidos fóruns. Acrescentou ainda que, democracia é, sobretudo, saber respeitar a opinião dos outros e recordou que, já por diversas vezes, nesta mesma Assembleia, alguns Membros manifestaram a sua opinião pessoal em sentido contrario à opinião da sua bancada, e na altura da votação, não o fazem em consonância com a sua opinião pessoal.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, afirmando que o Sr. João Paulo Vagos tem razão no que disse, mas que o último parágrafo do documento tem um lapso, refere a reunião do dia 2, quando deveria referir a reunião

do dia 19. Acrescentou que finalizou aquele documento no dia da presente sessão, porque o Presidente do Conselho de Administração do Hospital Arcebispo João Crisóstomo o leu e corrigiu no dia anterior, dia 29 de abril. De seguida, disse não concordar com o Sr. João Paulo Vagos quando este afirma que aquela comissão tinha como objetivo o estudo e o diagnóstico sobre o hospital, pelo que nunca poderia concluir nada. Voltou a referir que o trabalho que foi feito, foi apenas elencar um conjunto de forças e de fraquezas para servir de documento base de trabalho e que considera que poderiam tê-lo concluído, independentemente das razões que cada um pudesse ter, pois foi essa missão incumbida pela Assembleia Municipal. Acrescentou que o fez com muito prazer e que considera que, com ele, está muito mais informado e acredita que também os senhores Membros da Assembleia Municipal o estão. Considera ainda que, a partir daqui eventualmente poderão existir divergências e poderão defender posições diferentes, com toda a legitimidade, mas continua a achar que, em conjunto poderão fazer um grande debate, por forma a discutirem o assunto com a frontalidade e distanciamento das questões políticas e para verem o que é melhor para o Hospital de Cantanhede e para a saúde dos seus Municípios. Considerou por fim que, todos defendem que o Hospital deve ficar na esfera pública mas não com o modelo de gestão que está, o qual vem de Governos anteriores.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da documentação entretanto entregue, bem como da informação sobre entidades participativas, entregue na

presente sessão, prestada pela Divisão Financeira, dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da prorrogação por mais 1 ano da suspensão parcial do Plano de Urbanização de Ançã e Plano Diretor Municipal de Cantanhede e do estabelecimento de medidas preventivas»:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu conhecimento que, o Sr. Manuel Teixeira informou que se retiraria no decorrer da discussão do presente assunto, o que aconteceu de imediato. De seguida deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio.-----

----- Interveio a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual após cumprimentar todos os presentes e em especial os novos Membros da Assembleia Municipal, informou que o se trata da prorrogação por mais 1 ano, da suspensão parcial do Plano de Urbanização de Ançã, do Plano Diretor Municipal e do estabelecimento de medidas preventivas, assunto recorrente na Assembleia e que se destina a antecipar as regras que permitem viabilizar a ampliação e a construção das construções fabris da Fapricela. Informou ainda não ter sido possível concluir aquela alteração na freguesia de Ançã por não ter chegado, por parte do Governo, o reconhecimento de interesse nacional para aquele estabelecimento industrial. De seguida solicitou que o Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu apresentasse o assunto.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu, o qual informou que, nos dois anos em que estiveram em vigor as medidas preventivas e a suspensão do plano de urbanização naquela zona de Ançã, não houve possibilidade para concluir o processo de ampliação da unidade fabril da Fapricela,

que deu origem a este processo. Assim, informou que, o que está em causa, é suspender por mais um ano, conforme a Lei prevê e instituir as medidas preventivas para aquela zona de cerca de 32 hectares. Acrescentou que a Assembleia já aprovou a primeira suspensão, tendo agora que aprovar também esta suspensão de mais um ano. De seguida fez uma apresentação da zona a ampliar e informou que foi solicitado um parecer à CCDR, o qual foi favorável. Explicou ainda que, está em causa a desafetação da área da reserva agrícola e da reserva ecológica, sendo que, no caso da reserva agrícola já houve reconhecimento do interesse público. No caso da reserva ecológica, o processo ainda não está concluído por ser necessário fazer ainda as diligências necessárias para promover a alteração do regime da REN, uma vez que a declaração do impacto ambiental já foi aprovada.-----

----- Voltou a intervir Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, informando ainda que, a revisão do PDM está em fase de discussão pública até ao dia 13 de maio, e que até essa data poderá ser feita qualquer sugestão, quer pelo site da Câmara, quer por qualquer outro tipo de comunicação junto dos serviços camarários. Informou ainda que com a Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro foi proposto pelo Governo a regularização de unidades produtivas sem licenciamento. Sobre o assunto esclareceu que, empresas que estejam ou sem licença de utilização ou sem licença de construção, poderão submeter o seu pedido junto da Câmara Municipal, através de uma tramitação numa plataforma desmaterializada, como a própria Lei o refere e assim, submeter o pedido a várias entidades, com a possibilidade de poder assim, haver uma reapreciação da situação. Acrescentou que, o Município irá dar a devida publicidade ao assunto e que, naquele período especial, que termina a 5 de dezembro do corrente ano, essas entidades irão reanalisar o processo, a título excecional, podendo assim ficar numa situação mais confortável.-----

----- Pediu a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Sr. João Perdigão, questionando se o Plano de Urbanização de Ançã, cuja prorrogação vai ser aprovada, tem alguma ligação ou implicação com a zona industrial que está projetada para Ançã.-----

----- Respondeu o Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu que não tem quaisquer implicações, uma vez que se trata de uma suspensão especial que abrange apenas a zona da Unidade Fabril Fapricela, tudo o resto se mantém exatamente igual.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da prorrogação por mais 1 ano da suspensão parcial do Plano de Urbanização de Ançã e Plano Diretor Municipal de Cantanhede e do estabelecimento de medidas preventivas»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Reentrou o Sr. Manuel Madeira Teixeira.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da revogação da deliberação tomada em sessão de 28/02/2007 / Desafetação de parcela de terreno no lugar e freguesia de Ourentã»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu de novo, a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual recordou que, em 2007, foi aprovada por unanimidade, em sessão da Assembleia Municipal, a desafetação de uma parcela de terreno em Ourentã, inserida em espaço urbano, para a construção de um edifício multifamiliar. Explicou que, então, de acordo com o PDM em vigor, podia-se proceder àquela permuta e assim, o requerente deu 88,4m² de terreno e recebeu 26,9m² de espaço público. Acrescentou que, posteriormente, o requerente não cumpriu os prazos para a entrega dos projetos de especialidade, tendo

sido notificado e num contacto posterior, referiu que não tinha intenção de retomar o processo. Por esse facto, depois de ter sido aprovado em reunião de Câmara, vem agora à Assembleia, para que seja deliberado reafetar ao domínio público aquela área de 25,9m² e proceder ao arquivamento do processo.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu, o qual, através de uma breve apresentação esclareceu o que se tratava e o porquê da necessidade de revogação da deliberação da Assembleia Municipal tomada, no ano de 2007.-----

----- Interveio, também, o Sr. Filipe Figueiredo afirmando ser conhecedor do assunto, pois fazia parte da Assembleia Municipal em 2007. De seguida, sugeriu que, ou a Câmara ou a Junta de Freguesia adquirissem em Ourentã uma casa velha a cair, chamada “Casa do Adubo” para a demolirem, pois destoa naquele Largo tão bonito.-

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da revogação da deliberação tomada em sessão de 28/02/2007 / Desafetação de parcela de terreno no lugar e freguesia de Ourentã»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação do 1.º Relatório semestral de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede, Ano 2015»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou tratar-se do primeiro Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano Financeiro reportado a 31 de março do corrente ano. Referiu ainda, que aquele plano semestral não reflete a realidade correta, em termos da comparação dos valores com o próprio Plano, porque a metodologia utilizada é sempre a mesma: Os valores são reportados a 31 de março

de 2015 e representados por duodécimos em relação ao Plano aprovado. Assim, referiu que, do ponto de vista genérico, o Plano está a ser cumprido. Informou ainda que, apenas um valor é real e fidedigno, o endividamento de médio e longo prazo, porque já se sabe exatamente o valor da dívida que se vai amortizar e que ultrapassar largamente o que é imposto, ou seja, 3.030.362,04 €. De seguida, recordou o Relatório do Saneamento Financeiro de final de 2014 e comparou-o com o Plano aprovado para aquele ano, pois só assim se consegue verificar e concluir que o Município de Cantanhede está a cumprir rigorosamente o Plano de Saneamento Financeiro.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação do 1.º Relatório semestral de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede, Ano 2015»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 27 votos a favor e 6 abstenções.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do Ano Económico de 2014»**:------

----- Foi dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio a qual informou que iria subdividir a apresentação do assunto em causa em duas partes. Uma mais vocacionada para a questão dos números e outra através de uma projeção que comentaria. Assim, relativamente ao Relatório de Gestão, informou que: - De acordo com as imposições da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, a Câmara cumpriu e procedeu sempre aos cálculos dos fundos disponíveis antes da assunção de qualquer compromisso; - Ao nível das execuções, o orçamento inicial teve duas alterações motivadas pela introdução do saldo de gerência do ano anterior e pelo valor vindo da DGEST (por causa da colaboração estabelecida entre a

Câmara e o Ministério para a retirada das coberturas de amianto, que fez com que o orçamento tivesse um valor de 22.822.126,00 €); - O Município não constituiu qualquer empréstimo desde 2009 e encerrou 2014 com uma receita total cobrada de 21.889.417,21 €, mais 320.915,10 € do que em 2013; - Os impostos diretos aumentaram relativamente ao orçamento (IMI, IMT e Derrama), exceto o IUC que sofreu uma variação negativa. Sobre este assunto recordou que, em 2013 houve uma ação coerciva imposta pela Autoridade Tributária, relativa a dívidas em atraso, que fez com que os valores cobrados fossem superiores; - Os impostos indiretos tiveram uma tendência negativa, causada principalmente pelas taxas urbanísticas e pelo licenciamento Zero; - Os rendimentos de propriedade, concretamente, as taxas de juro obtidas nos depósitos a prazo, tiveram uma descida; - As receitas correntes e de capital tiveram uma diminuição de transferências relativamente ao ano anterior: - A receita de capital diminuiu em 20%, correspondendo a um desvio de mais de 1.400.000,00 € (relacionada com o desfasamento da execução física de obras submetidas ao QREN - Centro Escolar de Cantanhede, Pavilhão de Febres e USF das Gândaras). Sobre este assunto informou que ainda há bastantes verbas para receber, do QREN, da DGEST e da ADELO (obras do GTL de Ançã e dos Moinhos da Taboeira) e que foram submetidos ao QREN, o Parque Desportivo do Fujanço em Cadima, o Centro Interpretativo de Arte Xávega da Praia da Tocha e o Complexo Desportivo de Febres; - Não foi alienado património, o que fez que existisse variação negativa de 40% nas receitas de capital; - Verifica-se um aumento das receitas próprias de 711.691,80 €, o que significa um aumento da independência da instituição; - Relativamente à execução da receita: - Receita corrente liquidada com uma taxa de execução de 109%; - Receita efetiva cobrada com uma taxa de execução de 109.17%; - Receita de capital com uma taxa de execução de cerca de 41%; - Receita total cobrada com

uma taxa de execução de 95.91%, o que significa que o Município adequou as decisões aos equilíbrios das contas; - As dívidas para com o Município no montante de 748.258,25 € têm essencialmente a ver com dívidas de terceiros ao nível de refeições escolares, mercados e feiras, utilizações de infraestruturas municipais, verbas do QREN, contratos de concessão, etc...; - Na despesa temos também uma execução muito próxima da totalidade, temos uma despesa corrente realizada com uma execução de 93,64% e uma despesa corrente paga de 91,53%, o que significa que a autarquia não realizou despesa para a qual não tivesse cobertura financeira; - Na despesa corrente o aumento que se verifica na despesa de pessoal tem unicamente a ver com o aumento para 23,75% das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, para além de outros valores que se podem salientar: Refeições, combustíveis, energia elétrica, transportes escolares, etc...; - Nas despesas de capital, há uma execução de despesa paga de 74,40% e despesa realizada 78,79%; - Transitam para 2015 dívidas não vencidas, a curto-prazo no valor de 702.091,98 €, as quais poderiam ter sido pagas; - Foram feitas transferências protocoladas para a INOVA no valor de 1.268.571,18€; - Ao nível do endividamento, o Município não recorreu a empréstimos, apenas fez face ao serviço da dívida, reduzindo o endividamento de médio e longo prazo de 3.121.139,69 €, o que significa que reduziu 13.6% a dívida de médio e longo prazo, a qual tem vindo a descer desde 2011; - A redução dos níveis de endividamento, impostos pelo Governo foram largamente ultrapassados; - Relativamente à Lei dos Compromissos dos Pagamentos em Atraso em 2014, o Município cumpriu integralmente o estipulado e em nenhum mês daquele ano se registou qualquer pagamento em atraso; - A Câmara tem que contribuir para o Fundo de Apoio Municipal, durante 7 anos, em 2 prestações anuais num valor total de 1.179.156,95 €; - Relativamente às Grandes Opções do Plano ou às Atividades

mais relevantes, verifica-se que as funções sociais são as que têm mais destaque, ao nível da educação, desporto, recreio e lazer, seguidas das funções económicas sobretudo ao nível das vias rodoviárias, indústria e energia; - Relativamente à aplicação de resultados proposta, há um resultado líquido no exercício com um valor de 3.716.507,69 € e é proposto o valor de 185.825,38 € para reforço de reservas legais, 3.301.701,39 € para reservas livres e 228.980,92 € para resultados transitados; - O ativo líquido situa-se em 2014 nos 122.185.921,75 €. De seguida, através de projeção de alguns acetatos, apresentou e comentou o relatório de atividades dos diversos Serviços da Câmara Municipal.-----

----- Interveio, de seguida o Sr. João Paulo Vagos, o qual deu os parabéns à equipa da Divisão Financeira pelo relatório apresentado, colocou algumas questões e teceu algumas considerações em relação ao mesmo, nomeadamente, quanto às opções nele inseridas: - Considerou que o Relatório apresentado, não poderia ter uma opção mais favorável relativa aos impostos diretos? Considerou que poderia ter havido uma sensibilidade maior para que a penalização dos munícipes e das empresas não tivesse sido tão grande, até porque o próprio relatório diz que se prevê que a tendência se mantenha para 2015; - Relativamente à diminuição dos impostos indiretos, como as taxas de mercados e feiras, o que pode levar a uma diminuição e alguma atenção e proteção deste tipo de mercados e dos produtores locais, parte da razão tem a ver com o Licenciamento Zero, mas não poderá estar também subjacente alguma menor atração relativamente à empregabilidade e à retenção de pessoas no Município? - Relativamente às dívidas em cobrança duvidosa, bastante preocupantes, considera que parte dessas dívidas deverem ser tratadas com alguma cautela porque são de Associações e de refeições escolares e referiu que se o Município tem cumprido com a Lei dos Compromissos dos Pagamentos em Atraso, deve ser rigoroso e tomar

algumas medidas para poder cobrar aquelas dívidas; - Relativamente às despesas de funcionamento, considerou que o seu aumento de 7% vai em sentido contrário das intenções do Município, nomeadamente, na redução daquele tipo de despesas; - Relativamente ao total de transferências de verbas para as freguesias, verificou que uma freguesia recebeu 18.000,00 € e uma outra freguesia recebeu 110.000,00 €, considerando que, a pouca iniciativa das freguesias deve ser incentivada, cabendo algum papel ao órgão executivo nesse sentido.-----

----- Interveio de seguida o Sr. Manuel Augusto dos Santos, referindo que o documento tem duas ou três situações que devem ser realçadas: - Relativamente à questão de que, eventualmente, poderia ter haver margem para uma redução dos impostos diretos, (IMI ou Derrama), com a qual concorda, verifica-se que a Câmara está a fazê-lo, paulatinamente, e que certamente ao longo dos anos vai continuar a fazê-lo; - Em relação ao IMI recordou que as pessoas que têm mais dificuldades podem ficar isentas daquele pagamento, conforme prevê a própria Lei; - Relativamente ao facto das taxas de mercados e feiras poderem ser mais baixas, não concorda porque todos os que utilizam o mercado e a feira e que são agricultores, já estão isentos por natureza. Por outro lado, foram consultados alguns Concelhos do Distrito, tendo-se verificado que alguns ainda têm taxas mais elevadas, como é o caso do concelho da Figueira da Foz e Leiria; - Quanto às dívidas de cobrança duvidosa, trata-se de um sinal claro que a Câmara está num bom caminho e que vai ajudando. É conhecido o valor da dívida das refeições escolares e também se sabe que grande parte do seu valor não provém de pessoas carenciadas, uma vez que estas estão isentas; - Deu os parabéns à Câmara pelo resultado líquido do exercício, que uma vez mais superou o ano passado e foi o melhor dos anos anteriores, demonstrando um excelente trabalho por parte da Câmara.-----

----- Foi dada a palavra, de seguida ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que: - O assunto dos impostos têm sido recorrente e já tem dito e afirmado várias vezes que, tendencialmente, ele próprio ou quem o estiver a substituir, de certeza que tomará a decisão de um dia até eliminar a Derrama; - Começa a ser evidente que a grande receita municipal é o IMI; - Verifica-se que, com o licenciamento Zero, as receitas diminuem; - Todos os municípios deste modelo de organização do Estado vão ter que recorrer sempre às suas receitas e a receita do IMI é muito importante e talvez a maior receita para além das transferências do Estado Central; - O Executivo comprometeu-se, neste mandato, a diminuir o IMI e verificou que isso acarretava a diminuição de largas dezenas de milhares de euros de receita para o Município; - É uma decisão política, mas é através daquela receita que se consegue, por um lado promover o desenvolvimento dos investimentos que são feitos e a qualidade de vida para os Municípios, mantendo de alguma forma o concelho atrativo; - Interessa resolver o problema da dívida de médio prazo, a qual tem diminuído a ritmo bastante acelerado, com valores superiores aos que o próprio Plano de Saneamento Financeiro exige; - O Município nunca deixou de concretizar os investimentos a que se propôs, recorrendo à comparticipação dos fundos comunitários; - Os investimentos têm de continuar a ser feitos e tem que se saldar a dívida rapidamente. -----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio referindo que, numa gestão municipal tem que haver um plano estratégico, sobretudo a médio prazo, pois não se podem tomar decisões de gestão como se fosse uma operação à vista, Acrescentou que, devido a flutuações em termos legais, a questão do IMI é pertinente e deve-se ter alguma cautela. De seguida, recordou e fez algumas comparações com a gestão dos anteriores mandatos, reforçando as ideias já transmitidas pelo Sr. Presidente da Câmara. - Relativamente aos mercados e feiras,

afirmou que o Município tem consciência da debilidade de algumas áreas pelo que, o Sr. Vereador do Pelouro já implementou algumas medidas relativas aos feirantes, daí os valores serem inferiores. Deu como exemplo o facto de, não pagarem quando estão na Expofacic e estarem isentos de pagamento das taxas dois meses do ano, por forma a incentivar aquela atividade; - Relativamente às dívidas de terceiros, referiu existirem várias, tais como dívidas relacionadas com a utilização dos equipamentos municipais e com a utilização dos autocarros que são as mais antigas. Acrescentou que, nos últimos anos, já não se coloca esta questão porque, na altura do pagamento dos subsídios, fazem-se encontro de contas quer com as freguesias, quer com as Associações. Esclareceu ainda que, o problema da dívida relativa às refeições escolares está a tentar ser resolvido pelos Serviços, através dos Julgados de Paz. Por outro lado, procura-se encontrar uma solução para que o pagamento seja feita de uma outra forma e com um controle diferente, de forma antecipada ou por senhas, como se faz por vários sítios, para minimizar este tipo de dívidas a terceiros; - Relativamente ao aumento das despesas com o pessoal informou que o mesmo está relacionado com um aumento da Caixa Geral de Aposentações, o pagamento de senhas de presença relativas a 2013 que foram pagas em 2014 e o aumento da aquisição de serviços. Esclareceu ainda que, apesar do decréscimo nos contratados, o Executivo sabe a importância que tem a questão do emprego e, uma vez que não pode contratar da forma que gostaria, fê-lo recorrendo às prestações de serviço; - Relativamente ao desfasamento em termos de alguns apoios às freguesias, referiu existirem opções diferentes que são dialogadas com os seus Presidentes. Acrescentou ainda que os valores referidos têm muito a ver com o fornecimento de materiais, direcionados à construção de passeios, onde algumas Juntas se disponibilizaram a pagar a mão-de-obra se a Câmara lhes fornecer os materiais. Por outro lado, existem Juntas que, ou

por não terem tanta disponibilidade financeira ou porque já terem mais construção naquela área ou porque têm uma dimensão mais pequena, não têm utilizado tanto aquele tipo de aquisição e de fornecimento; - Relativamente à retração no investimento ao nível dos loteamentos ou da construção, afirmou que, todos têm consciência que o mesmo se passa a nível nacional e da Europa, pois há uma diminuição essencial da população.-----

----- Falou também o Sr. Dr. Luis Pato, o qual deu os parabéns pela apresentação efetuada do Relatório de Gestão e referiu que a mesma foi, de facto, muito interessante e esclarecedora. De seguida, colocou as seguintes questões: - Verificando que, no total dos funcionários licenciados existem 43 técnicos superiores e 9 assistentes técnicos, qual a possibilidade de se resolver a situação destes últimos? – Reconheceu o esforço por parte da Câmara para proceder à digitalização dos documentos e, recordando a agenda digital da Comissão Europeia, sugeriu que a Câmara procedesse à digitalização de todos os documentos existentes, bem como dos livros e fotografias existentes na biblioteca, espaço que pessoalmente gosta muito e utiliza com muita frequência semanal.-----

----- Retomou a palavra o Sr. João Paulo Vagos, constatando, relativamente aos impostos, que o Município está a conseguir reduzir a dívida à custa do empenho das famílias e referindo que, poder-se-ia reduzir à mesma a um ritmo inferior e, simultaneamente, baixar a taxa dos impostos, de forma a criar um incentivo para a instalação de empresas, para os munícipes, para a ativação da economia local e para a ativação do poder de compra local. Relativamente à utilização das instalações municipais e dos autocarros, referiu que, muitas vezes aqueles espaços e, nomeadamente, os autocarros são utilizados por grupos de cidadãos e não por associações ou pelas Juntas de Freguesia. Assim, questionou se, embora estas

façam o pedido, aquelas dívidas não terão persistido porque não foram as juntas ou as associações, as verdadeiras utilizadoras. Questionou ainda se este assunto não merecerá, nalguns aspetos, um maior rigor no objetivo da utilização daquelas infraestruturas e daqueles bens.-----

----- Voltou a intervir a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Maria Helena Teodósio, a qual informou que: - Relativamente à questão do quadro de pessoal, a posição do Executivo é que se deve incentivar a formação pois permite a qualquer funcionário estudar e nunca colocou qualquer entrave, seja para cursos técnicos, profissionais, licenciaturas ou mestrado. De seguida esclareceu que, não é pelo facto de um funcionário ter uma licenciatura que deve passar a técnico superior, mas sim se desempenhar funções de acordo com as suas habilitações. Informou ainda que, já decorreu um processo de concurso que acabou da melhor forma e que é objetivo do Executivo continuar e promover mais alguns concursos, de acordo com o quadro de pessoal e dentro das margens legalmente impostas; - Quanto à questão da digitalização e da informatização de algumas áreas, informou que o Município está inserido na Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra que tem um projeto, acompanhado pela DELOITTE, muito mais abrangente, utilizando fundos comunitários e que poderá criar uma revolução do ponto de vista informático, da desmaterialização e da digitalização. É intenção que o mesmo culmine com o Balcão Intermunicipal, que deverá estar concretizado dentro de 3 anos; - Quanto à redução da dívida, acrescentou que se o Município tentar negociar novas taxas de juro poderá perder outros benefícios; - Relativamente à possível descida do IMI referiu ser essa a intenção, mas com algum cuidado no processo.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Dr. Luis Pato, colocando as seguintes questões:- Como é que consegue avaliar em termos de funções quem é que pode ser técnico superior e

quem não pode ser técnico superior? – Relativamente ao projeto da CIM em que fase do procedimento se encontra o processo em causa?-----

----- Tomou a palavra a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, respondendo às questões colocadas da seguinte forma: - Qualquer função a desempenhar na Câmara está plasmada nos mapas e nos regulamentos, sabendo-se exatamente o que é que faz um técnico superior em determinada área. Deu, de seguida, o exemplo de um caso: Um cobrador, licenciado em Geografia, não tem que passar a técnico superior só porque detêm aquela licenciatura, mantendo-se na categoria de assistente técnico. Acrescentou que também existem pessoas que são assistentes técnicos, com licenciaturas e que desempenham funções de técnicos superiores. Afirmou ainda que, nestes casos, o Município tem de fazer um esforço adicional para ir ao encontro do que as pessoas já realmente desempenham e que têm formação. Acrescentou que o Município vai tentar alargar o quadro de pessoal nesse sentido, dentro das condicionantes legais; - Informou que a DELOITTE já esteve em todas as Câmaras para fazer o primeiro levantamento, sendo que, cabe agora aos senhores Presidentes de Câmara na reunião da CIM tomar a decisão final de dizer se querem avançar com o projeto.-----

----- Finalmente interveio o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, afirmando que se trata de um esforço que está a ser feito e que aquele estudo da DELOITTE refere que os 19 Municípios da Região têm diferentes graus, estados diferentes e desenvolvimentos diferentes naquela área, que se pretende que fiquem todos uniformizados. Finalizou dizendo que é um grande desafio, que trará no final benefícios evidentes e um melhoramento substancial em relação a esta área de utilização das tecnologias de informação e comunicação, colocando-as ao serviço do utente.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do Ano Económico de 2014»**, bem como a aplicação dos resultados propostos pela Câmara Municipal, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 27 votos a favor e 6 votos contra.-----

----- Após a votação, o Sr. João Paulo Vagos procedeu à leitura de uma Declaração de Voto subscrita pelos Membros da Bancada do PS, do seguinte teor: *“Após a análise cuidada dos documentos apresentados, e não reconhecendo a rigorosa execução dos mesmos, compete-nos neste âmbito apresentar os seguintes pontos: De fato o orçamento e GOP’s propostos para 2014 conferiam uma redução nas percentagens dos impostos municipais, no entanto, e segundo o resultado final que nos é apresentado neste relatório, verificamos que efetivamente a CMC teria espaço para uma maior redução destes encargos para as famílias e as empresas. No caso concreto do IMI uma redução de 0,01% significou um aumento efetivo de 16% no valor arrecadado com este imposto vs o ano de 2013. Como o próprio relatório refere, é espectável que esta tendência se mantenha em 2015, uma vez que se trata do primeiro ano em que o valor a pagar pelos proprietários será calculado sem o travão da cláusula de salvaguarda bem como algumas isenções temporárias. Com esta conclusão extraída do próprio relatório se confirma que a posição defendida pelo Partido Socialista em fixar a referida taxa em 0,3% se justificava para o ano de 2014, e seria perfeitamente possível para 2015. A CMC insensível às dificuldades da população, aumentou a sua receita de Impostos e conta tirar dinheiro dos bolsos das famílias de Cantanhede enquanto nós PS defendemos há mais de 4 anos a taxa mínima de IMI. No que diz respeito à Derrama, este imposto direto, em 2014 obteve um crescimento de 12,2% vs 2013, o que reflete uma melhoria na atividade económica*

das empresas do Concelho e como tal, também este imposto poderia ter sido aliviado para 2015, pois com esta tendência de crescimento já verificada em 2014, o valor de receita não seria inferior e possivelmente continuaria a representar um acréscimo, possivelmente mais modesto nas receitas da CMC, mas certamente muito mais estimulante para a economia local. Uma referência também para a redução dos impostos indiretos com destaque para as cobranças em “Mercados e Feiras” o que sugere uma atenção especial de incentivo aos produtores e mercados locais e em “Loteamentos e Obras”, com alguma preocupação no investimento habitacional no Concelho o que poderá sugerir uma menor empregabilidade e capacidade de retenção de pessoas. O montante das dívidas em cobrança duvidosa sofreu um aumento de mais de 8 mil euros relativamente ao ano anterior. Não obstante da salvaguarda de grande parte do valor em dívida por parte de terceiros ao Município ser relativo às refeições escolares e à utilização das instalações Municipais por parte das coletividades concelhias, o que deverá ser tratado de forma individual e cautelosa, é recomendável que as iniciativas já levadas a cabo para minorar este problema sejam revistas ou intensificadas. De fato o Município de Cantanhede tem conseguido cumprir com a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e deve ser também exigente em sentido contrário. Este relatório reproduz também um aumento de 7% no que se refere às despesas de funcionamento, o que vai em sentido contrário às projeções e pretensões do Município. Por último, uma referência quanto às transferências de verbas para as freguesias. Sem correr o risco de desincentivar a iniciativa própria das Juntas de freguesia, e sempre que possível apoiar os projetos propostos por estas, sugere-se uma rigorosa análise de equidade e equilíbrio de forma a possibilitar a todas um desenvolvimento e concretização desejável dos seus objetivos. Pelas considerações acima expostas, e por não nos revermos no

Orçamento e GOP's para o ano em análise os Deputados Municipais eleitos pelo PS, abaixo assinados, irão votar contra o ponto em discussão.”-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento e GOP´s do Ano de 2015»:-----

----- Interveio, de novo, a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, informando que esta 2.ª revisão tem a ver com o lançamento de duas verbas, pela candidatura de três obras, em Febres, no Fujanço e na Praia da Tocha, e por se ter lançado o valor da receita que ascendeu a 2.858.579,00 €. Relativamente ao saldo de gerência, explicou ainda que, mais uma vez se entendeu que não se ia lançar o saldo da gerência para aumentar o orçamento municipal, tendo-se diminuído a venda dos bens de investimento que se entendeu não alienar. Assim, o orçamento passou de 24.910.000,00 € para 27.768.579,00 €.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento e GOP´s do Ano de 2015»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 27 votos a favor e 6 votos contra.-----

----- Após a votação, o Sr. João Paulo Vagos procedeu à leitura de uma Declaração de Voto subscrita pelos Membros da Bancada do PS, do seguinte teor: “*A revisão apresentada a discussão e proposta para aprovação, não altera as grandes linhas do documento aprovado na Sessão desta Assembleia Municipal de 17 de Dezembro de 2014, aliás dá sequência às opções então apresentadas e que não mereceram a nossa aprovação. Pelas razões apresentadas à data e em consistência com as mesmas, os Deputados Municipais eleitos pelo PS, abaixo assinados, vão manter o seu voto contra esta revisão proposta ao orçamento e as GOP para 2015.*” -----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 7 - «Relatório anual de Atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cantanhede e Plano de Ação para 2015 / Para conhecimento»:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes deu a palavra ao Sr. Vereador Dr. Pedro Cardoso, o qual após cumprimentar todos os presentes, definiu a CPCJ como sendo uma instituição oficial, não judiciaria, que visa promover os direitos das crianças e dos jovens e prevenir ou pôr termo a situações de situações suscetíveis de afetar a segurança, a saúde, a formação, a educação e o desenvolvimento das crianças e jovens. De seguida informou que, relativamente a 2014 o balanço é bastante positivo, tendo sido acompanhadas 230 crianças. Desses processos, mantêm-se ativos cerca de uma centena de processos, o que quer dizer que aquelas situações estão resolvidas ou, pelo menos, com acordo de promoção e de proteção. Relativamente ao trabalho em si, bastante desgastante, salientou a exigência e a complexidade do mesmo, tendo em conta que as causas que motivam aqueles processos são múltiplas e todas elas entrelaçadas, o que torna ainda mais difícil a intervenção. De seguida, informou que, para além do que tem vindo a ser desenvolvido pela CPCJ, tem havido um investimento muito grande em termos de prevenção. Assim, informou que para 2015, e numa perspetiva de melhoria contínua, considerando que a prevenção é uma estratégia de intervenção, a CPCJ de Cantanhede está a levar a cabo um plano estratégico local de prevenção denominado “Tecer a Prevenção”, o qual pretende envolver toda a comunidade aos mais diversos níveis. Afirmou ainda que, há grandes expetativas para 2015 para o desenvolvimento do referido projeto e salientou que é extremamente importante poder continuar a contar com o apoio significativo do Município, que vai para além das suas

competências legais, nomeadamente, com um investimento forte nos recursos humanos e condições de trabalho.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 8 - «Ofício da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P./ Extensões de Saúde na União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima e Freguesia de São Caetano / Para conhecimento»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes deu a palavra ao Sr. Enf.º Egídio Reis, o qual informou que, relativamente ao ofício recebido da ARS-Centro sobre as extensões de saúde da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima e freguesia de S. Caetano, aquelas Juntas de Freguesia, seus Executivos e suas Assembleias de Freguesia, têm uma tomada de posição conjunta e unanime. Solicitou, de seguida, que a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de S. Caetano, Dr.ª Eduarda Pedro procedesse à leitura da Tomada de Posição daquelas freguesias, documento esse do seguinte teor: *“POSTO DE SAÚDE: UMA PRETENSÃO OU UMA REPOSIÇÃO - As Freguesias de S. Caetano, Corticeiro de Cima e Vilamar (estas duas últimas agregadas, por força de lei em 2013, União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima), são freguesias periféricas do concelho de Cantanhede, elevadas à categoria de freguesia nos anos de 1985 e 1986, contando com uma extensão do centro de Saúde de Cantanhede em cada sede destas freguesias desde a sua criação, e ainda descritas como ativas no portal da saúde. Para se ter uma noção das realidades populacionais é de referir que: - A sua população é envelhecida e dependente, apresentando índices de envelhecimento e dependência de idosos próximos ou acima do dobro dos índices Nacionais e mais elevados que os mesmos índices a nível concelhio. - Grande parte da população ativa é migrante ou trabalha em grandes centros populacionais distantes. - A maioria da população residente e*

idosa sempre subsistiu da agricultura, pelo que possui reformas baixas vivendo com dificuldades de recursos. - Não são servidas por uma rede de transportes públicos. Com o decurso do tempo, no início deste século, foram-se verificando faltas pontuais de médicos nas extensões de saúde referidas, causando constrangimentos no acesso a cuidados de saúde, principalmente à população idosa que se teria que deslocar alguns quilómetros sem possuir meios de transporte ou recursos financeiros para o seu aluguer. Assim, foram unidos esforços dos executivos das três freguesias e respetivas populações que apoiarem o corpo clínico da Extensão de Saúde de Febres, constituindo os princípios fundamentais para a constituição da Unidade de Saúde Familiar “As Gândras”, a referir: - A Sede da USF ficaria sediada na extensão de saúde de Febres, compreendendo as consultas à população da freguesia de Febres e as consultas de Planeamento Familiar, Saúde Materna e Saúde Infantil das restantes freguesias. - As extensões de saúde das restantes freguesias funcionariam dois dias por semana, com atendimento da população respetiva em consultas do adulto, Hipertensão e Diabetes, assim como consultas e tratamentos de enfermagem. A USF “As Gandras” iniciou o seu funcionamento respeitando os pressupostos enunciados, até final de 2011, altura em que as populações foram surpreendidas por aviso de encerramento temporário das extensões, que perdura até hoje, com o transtorno que vem acumulando principalmente para a população mais idosa, dependente e necessitada. Apesar das ações de sensibilização e procura de soluções por parte dos executivos das freguesias, não foi possível chegar a uma posição de entendimento com as entidades responsáveis da saúde que, como resposta aos esforços desenvolvidos pelas populações, fez saber no final de 2014 que os postos médicos das extensões de Saúde de S. Caetano, Vilamar e Corticeiro de Cima não iriam abrir em definitivo. Assim, os executivos das freguesias, não abandonando a luta pela

abertura dos postos médicos nas respetivas freguesias, que pensam que sejam o mais justo e equitativo, considerando o que existe no panorama do mesmo ACES e das mesma ARS, solicitou a abertura de postos de enfermagem de acordo com o que se faz em outras freguesias que não possuem extensões de saúde. A este pedido a ARS, respondeu "...não ser possível a celebração dos protocolos para a abertura dos de enfermagem (...) por falta de enquadramento jurídico que o permita. (...) Pode ser gerados de iniquidade (...) não gerará valor acrescentado às populações abrangidas."

Na análise da situação, consideramos que: - O encerramento dos Polos de Saúde de S. Caetano, Vilamar e Corticeiro de Cima constituiu uma alteração dos princípios acordados com as respetivas populações e sufragados pela própria ARS quando aprovou a abertura da USF "As Gândras" nos moldes projetados. Constituindo uma prepotência da ARS não ter "negociado" com as populações alternativas e prejudicando a acessibilidade dos mais idosos e debilitados. - A equidade no acesso à saúde não foi mantida quando, dentro da mesma ARS e do mesmo ACES continuam a funcionar extensões de Saúde com prestação de cuidados médicos a populações mais pequenas que qualquer uma das freguesias de S. Caetano e Vilamar e Corticeiro de Cima. - Em cada uma das extensões de saúde existem edifícios construídos pelas populações e destinados a serem usados como posto médico e que se encontram à responsabilidade da ARS, estando num estado de abandono há quase 4 anos, sujeitos a degradação por falta de uso. Estando em causa/Representando 1 perigo de saúde pública. - O Principio da igualdade está ferido, não quando a população pretende manter o seu posto médico ou abrir um posto de enfermagem, mas sim quando a ARS fechou os polos de saúde da USF "As Gândras" e não deixa abrir os postos de enfermagem, situação que permite noutras situações sob a sua alçada. - A criação de Valor acrescentado em saúde, decorre da otimização dos recursos de

saúde proporcionando os melhores cuidados de saúde face às condições da população. Assim, atendendo às dificuldades económicas das populações, da sua idade avançada e dificuldade na deslocação, não gerará valor acrescentado em saúde o proporcionar cuidados de proximidade e articulando a informação com os profissionais/instituições de saúde da rede pública (como acontece nos outros postos de enfermagem)? Claro que mais e melhor valor acrescentado em saúde só abrindo os Polos de Saúde nas freguesias como pretendem as populações. Face ao exposto, e de forma a repor a Acessibilidade, Equidade e igualdade, os executivos das Juntas de Freguesia de S. Caetano e União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima aguardam que ARS tome consciência das desigualdades que está a promover junto destas populações e reveja a sua posição. Caso não haja qualquer evolução e alteração na tomada de posição que a ARSC nos faz chegar relativamente a esta situação e conforme decisão por unanimidade de ambas as assembleias de freguesia, recentemente realizadas, serão tomadas outro género de posições com mobilização das populações e conseqüente agitação social. Em jeito de conclusão, os executivos das freguesias lesadas e abrangidas por esta tomada de posição da ARS – Centro, a Freguesia de S. Caetano e União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, admitem no curto prazo, e caso não exista uma reavaliação da tomada de posição por parte da ARS – Centro, todas as formas de luta ao seu dispor de forma a repor o princípio da igualdade de tratamento dos cidadãos, que está ferido, fazendo tudo o que estiver ao seu alcance, proporcionando às populações o direito de equidade no acesso à saúde.”-----

----- Falou a Sr.^a Enf.^a Áurea Andrade, manifestando, em nome da Bancada do PS, solidariedade e apoio aos Presidentes de Junta da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima e S. Caetano. De seguida, informou que, sobre este ponto,

também os deputados do PS apresentam um Voto de Protesto, do seguinte teor:

“Considerando os antecedentes sobre este assunto, nomeadamente, a não valorização por parte da maioria desta Assembleia das propostas apresentadas pelos deputados da bancada do Partido Socialista, a saber: Apresentação de moção em defesa das referidas extensões de saúde pelos deputados do PS em 28 de fevereiro e 2 de abril de 2014; Abertura de postos de enfermagem, nas respetivas extensões até resolução da situação, por parte da ARS; Considerando que o Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima referiu na reunião de 28 de fevereiro, “ que a defesa da saúde das populações da freguesia é uma das responsabilidades do executivo da junta, estando lá ele para isso”. Considerando que a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, afirmou também na mesma reunião “ que pelas palavras dos Presidentes de Junta das referidas Freguesias a moção apresentada pelo Partido Socialista em defesa da reabertura das extensões de saúde, vem tardia relativamente aos procedimentos que já foram feitos. Recordou que o Sr. Presidente da Câmara e os Presidentes de Junta envolvidos, já fizeram presente à ARS e a quem de direito essas necessidades, não havendo necessidade de as colocar em moção”. Cumpre-nos agora questionar o seguinte: Este parecer jurídico tem efeitos retroativos, ou vigora a partir de agora? Ou seja, pretendemos saber o que vai acontecer com os postos de enfermagem que se encontram a funcionar. Uma vez que existem vários postos de enfermagem a funcionar em varias freguesias do concelho, nomeadamente, Pocariça, Portunhos, etc. qual vai ser a posição dos Presidentes de Junta das Freguesias envolvidas? Uma vez que, a manterem-se abertos os postos existentes, passa a existir discriminação positiva. No parecer jurídico vincula-se administração pública ao tratamento igualitário em idênticas situações ou seja, considera-se inviável implementar os postos de

enfermagem, para não favorecer tratamentos diferenciados às populações. O que é contraditório, pois existe um posto de enfermagem na Pocariça a 5 Km de distância do Centro de Saúde. Face à decisão tomada, a bancada do PS, por uma questão de equidade e tratamento igual reafirma mais uma vez a necessidade da Câmara abrir os postos de enfermagem nas freguesias em causa, devendo a Câmara assumir os custos, se for esse o caso. Porque os cidadãos têm o direito a ser informados da VERDADE, a bancada do PS, aguarda que a responsabilidade desta decisão de saúde seja comunicada a todos os cidadãos envolvidos. Por fim, lamentamos profundamente que os cidadãos das freguesias de Vilamar/Corticeiro de Cima e São Caetano fiquem limitados no acesso aos cuidados de saúde apenas por razões políticas e económicas.”-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Dr. Adérito Machado, recordando que, em Maio de 2003, foi ele juntamente com o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, então Vereador da Saúde, que iniciou o processo para a existência de um posto de enfermagem em Cordinhã. De seguida demonstrou o seu espanto perante a decisão de encerramento dos postos de enfermagem e referiu que, independentemente de qualquer posição, está do lado dos Presidentes de Junta de Vilamar, Corticeiro de Cima e de S. Caetano. Quanto ao que a Sr.ª Enf.ª Áurea Andrade apresentou em relação aos outros postos de enfermagem, considera que na vida os homens é que fazem as Leis mas também são os homens que podem alterar as Leis. Afirmou de seguida que, se por acaso, houver alguma posição da ARS em relação ao encerramento dos postos de enfermagem, será o primeiro a dizer que, em Cordinhã, será criado um posto de enfermagem que pode ser particular onde as pessoas poderão ser tratadas da mesma forma. Considerou ainda que o importante é que todos defendam a sua posição, como é evidente, independentemente dos

Partidos, sendo que o objetivo é defender essencialmente as pessoas. As freguesias de S. Caetano e Vilamar e Corticeiro Cima não podem ser discriminadas, assim como não se pode dizer que, se elas não têm postos de enfermagem, então as outras também não podem ter. Afirmou ter sido uma conquista daquelas freguesias, com o apoio da Câmara Municipal e que têm que fazer tudo para que estas duas freguesias também tenham, tal como as outras. Afirmou ainda que é necessário, numa primeira fase, haver uma mobilização para que os políticos efetivamente pensem que estão cá pelas pessoas, discordando, assim, da posição da bancada do Partido Socialista.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, esclarecendo que não foi dito pela bancada do PS, que era contra a manutenção dos postos de enfermagem nas outras freguesias. Esclareceu ainda que, foi sim questionado se esse impedimento de reabertura dos postos de enfermagem não poderia pôr em causa, no futuro, a manutenção dos postos de enfermagem existentes. De seguida, reiterou a sua discordância total com a posição da ARS em relação àquelas freguesias porque o que está a acontecer é uma discriminação total. Considerou ainda inadmissível a utilização dos argumentos apresentados porque usam o argumento da equidade só do ponto de vista económico, uma vez que, quando se trata de saúde o dinheiro não está em causa e o acesso à saúde é um bem essencial, é um bem que está consagrado na Constituição e perante o qual, de forma alguma, se deve criar confrangimentos no seu acesso. Assim, considerou que, neste caso a ARS está a querer impedir que os cidadãos das freguesias visadas tenham acesso a um simples serviço, um serviço de enfermagem, quando já não têm acesso aos serviços médicos. De seguida, afirmou que, vários dos argumentos apresentados podem ser desmistificados, tendo dado alguns exemplos. Finalizou a sua intervenção afirmando que o único motivo para

aquela decisão é o fator economicista, que demonstra falta de sensibilidade social para com as populações das freguesias e para com a população de Cantanhede.-----

----- Foi de seguida dada a palavra ao Sr. Mário Miranda de Almeida que após uma pequena introdução procedeu à leitura do seguinte comunicado por ele subscrito:

“Extensões de saúde – Posto Médico de Corticeiro de Cima. Na sequência da deliberação tomada pela A.R.S.C. transcrita no seu ofício nº 5417, datado de 25/03/2015 e ainda analisando cuidadosamente a ata da reunião ordinária privada da Câmara Municipal de Cantanhede realizada a 07/04/2015 – Ata nº 7/2015, venho manifestar a esta digníssima Assembleia Municipal a minha revolta face aos conteúdos apresentados e afirmar a minha total disponibilidade para colaborar, até às últimas consequências, para que seja feita justiça e se reabram os postos de saúde que habilidosamente, servindo-se de mentiras e manobras muito pouco dignificantes, foram encerrados enganando claramente os autarcas em exercício nessa época. Assim, abaixo declaro o seguinte: Este assunto já há muito tempo que tem sido objeto das mais variadas contestações, afirmações e diversas tomadas de posição por esta Assembleia, sempre com um espírito positivo e construtivo no sentido de colaborar e resolver o problema da sua reabertura, com total empenho quer pelo Executivo Municipal quer por todos os deputados municipais, incluindo logicamente a bancada do Partido Socialista. Para este efeito, participei numa reunião na A.R.S.C. juntamente com os autarcas das freguesias de Corticeiro de Cima/Vilamar e S. Caetano acompanhados pelo Presidente da Câmara de Cantanhede Prof. Dr. João Moura. Da minha experiência pessoal e profissional ressaltou com clara evidência a má vontade em colaborar e repor a verdade, mas fomos seguindo com a reunião. Não me espanta o ofício agora endereçado à Câmara Municipal, pois os políticos, salvo raras exceções, já nos habituaram às mentiras e aos maus exemplos. Espanta-me sim o

teor da ata da reunião privada da Câmara realizada a 07/04, em que apenas se limitam a transcrever o ofício nº 5417 da A.R.S.C. e em enviar à Assembleia Municipal para conhecimento. Também me surpreende o Sr. Presidente do Conselho Diretivo da A.R.S.C. Dr. José Manuel Azenha Tereso, que julgo também conhece a realidade da situação e todos os contornos que estiveram na origem destes encerramentos, ou suspensão temporária de funções, o tenha assinado. Por tudo isto e muito mais que ficará a aguardar outra oportunidade, vou abandonar esta Assembleia em sinal de protesto para com os políticos deste país a que pertenço. Apresento as minhas desculpas aos deputados municipais, na pessoa do senhor Presidente da Assembleia e ao Executivo Camarário. Tenho dito e muito obrigado. Espero na verdade o bom senso de todos.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu a palavra ao Sr. Secretário da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Dr. Nuno Caldeira, o qual manifestou também a solidariedade das Freguesias de Cantanhede e Pocariça para com as localidades afetadas, Corticeiro de Cima, Vilamar e S. Caetano e informou que, perante aquele processo de há vários anos e o desfecho que se aponta não ser o desejável, reitera a disponibilidade da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça em colaborar. De seguida, referindo-se ao que foi dito sobre o posto de enfermagem pela Sr.^a Áurea Andrade, agradeceu à Câmara Municipal e à ARS a oportunidade que foi dada à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, após o processo da Reorganização Administrativa e Territorial Autárquica operada em 2013, que levou à agregação de Cantanhede e Pocariça, de manter o posto de enfermagem na Pocariça e Montinho. Falando particularmente da Pocariça, reiterou principalmente a questão da proximidade e do excelente serviço que os postos de enfermagem continuam a preconizar e a

proporcionar às populações locais, independentemente da questão da reorganização administrativa. De seguida, solicitou que a bancada do PS esclarecesse sobre a posição que preconizam em relação à questão legal que é invocada naquele ofício, e o suposto encerramento daqueles postos de enfermagem.-----

----- Interveio ainda o Sr. Dr. Carlos Pessoa, considerando que não existe nenhuma razão jurídica inultrapassável naquela questão, nem razão económica sustentável para que aconteça, sendo socialmente inaceitável em termos de saúde pública. Recordou ainda que o Executivo, tentou institucionalmente resolver o problema desde março ou fevereiro de 2014 tendo obtido a resposta que foi apresentada na sessão. Finalmente, desafiou o Executivo da Câmara a resolver o problema existente.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Enf.ª Áurea Andrade, esclarecendo ainda que, quando o PS questiona sobre o facto de o parecer ter efeito retroativo, é precisamente pela preocupação de que venham a ser fechados os outros postos de enfermagem.-----

----- Foi, de seguida, dada a palavra à Sr.ª Presidente da Junta de São Caetano, Dr.ª Eduarda Pedro, a qual agradeceu as palavras de solidariedade preferidas pelo Sr. Secretário da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pociça, Dr. Nuno Caldeira e informou que é intenção dos Executivos da Freguesia de São Caetano e da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima continuar a lutar pela reabertura das extensões de saúde porque é nessa base que estão os pressupostos da união da Unidade de Saúde Familiar “As Gândras”. Informou ainda que, não há qualquer razão na intenção de fechar os postos de enfermagem existentes no concelho, pois são uma mais-valia para todas as freguesias e para as populações que estão a servir. Finalmente, considerou que não se pode continuar com esse problema por mais tempo, pelo que se foram eleitos, devem fazer tudo o que estiver ao seu

alcance para acrescentar valor e trazer qualidade de vida às populações que representam.-----

----- Falou o Sr. João Paulo Vagos, expressando o seu voto de tristeza perante o abandono da sessão pelo Sr. Mário Miranda de Almeida.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, tomando a palavra, afirmou que o Sr. Mário Mirando de Almeida abandonou a sessão em sinal de protesto pelos políticos existentes no país.-----

----- Falou de seguida o Sr. Presidente da União das freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, Enf.º Egídio Manuel Patrão Cruz Reis, confirmando que, efetivamente, o Sr. Mário Mirando de Almeida abandonou a sessão, como voto de protesto, por toda esta situação que já se anda arrastar há demasiado tempo. De seguida afirmou que, relativamente ao assunto em causa, se encontra muito calmo, mas com certeza, num curto espaço de tempo irá fazer muitas ondas e uma vez que está mandatado pela Assembleia irá lutar até ao fim e até às últimas consequências, mesmo que isso implique levar o assunto para a comunicação social. Informou ainda que fará tudo o que for necessário porque considera que há falta de vontade por parte do Sr. Presidente da ARS-Centro, do Sr. Presidente do ACES e da Diretora da Unidade de Saúde Familiar de Febres. Referiu ainda que, considera também existir falta de vontade por parte de vários profissionais para sair do quentinho da Unidade Familiar e deslocar-se 5 ou 6 Km para atender as populações idosas.-----

----- Tomou então a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, recordando que a política do Município, já de alguns anos, prima pelas instalações dos postos de enfermagem nas freguesias. Afirmou, de seguida que, todos, desde os Presidentes de Junta até aos próprios Munícipes que usam aqueles espaços, particularmente os mais idosos, concordam com o benefício que tem sido para as populações, solicitando

sempre que se mantenham os postos de enfermagem. Referiu ainda que é o Município que suporta a maior parte das verbas necessárias ao pagamento dos honorários dos profissionais, os enfermeiros. De seguida referiu que, o Município não tem a tutela da saúde, não podendo interferir nas decisões do Governo quer a nível nacional, quer a nível regional na área da saúde. No entanto, afirmou que o Executivo não deixará de fazer pressão política nesse sentido e terá sempre condições para ir mais além na prestação de cuidados de saúde às populações, especialmente aos mais idosos, que estão em casa e têm dificuldade em deslocar-se aos Centros de Saúde, o que torna os postos de enfermagem com uma função importante. Assim, afirmou que o Executivo continuará a defender as extensões de saúde de Vilamar e Corticeiro, e caso não seja possível, continuará a defender os postos de enfermagem. Defendeu ainda que, poderá existir uma certa reorganização dos postos de enfermagem pois reconhece a existência de algumas assimetrias quanto à distância existente entre alguns Postos de Enfermagem e algumas povoações ou alguns Centros de Saúde. Acrescentou estar disponível para fazer aquele trabalho com os senhores Presidentes de Junta, de forma a redefinir o mapeamento dos postos de enfermagem, bem como estar disponível para abrir mais postos de enfermagem. De seguida falou sobre o facto do Dec.-Lei 298/2007 chocar com o Regime Jurídico da Organização e Funcionamento das Unidades de Saúde Familiar e de toda a argumentação apresentada pela ARS com base no mesmo, da qual se conclui que o funcionamento das USF's não se coaduna com a abertura de postos de enfermagem. Acrescentou que essa constatação poderá ter consequências sobre os Postos de Enfermagem que já se encontram abertos, sendo certo que ninguém os vai encerrar. Assim, afirmou que será feita uma abordagem jurídica àquela legislação para, eventualmente, aferir os argumentos defendidos pelos juristas da ARS-Centro.

Afirmou ainda que, não encontrou uma única pessoa, das que estão a gerir as USF's, que esteja contra a abertura dos postos de enfermagem, baseando-se na filosofia da USF, que considera que a definição da concentração de todos aqueles profissionais numa unidade de saúde familiar, dificulta ou penaliza o bom funcionamento de uma USF. Recordou, de seguida, o protocolo assinado com o Ministério da Saúde que tinha num dos seus parâmetros a dinamização e a criação das USF's, como tendo sido das melhores coisas que se fez na área da Saúde no país. Recordou ainda que apenas se pretende o funcionamento de um espaço onde existe um enfermeiro pago pela Câmara Municipal, o qual tem que estar vinculado e supervisionado pelo Centro de Saúde, o que é perfeitamente fácil de fazer e não choca com a vida e o funcionamento de uma USF, situação que mais nenhum Município implementou e que, todas as pessoas aplaudem pelo benefício que existe da proximidade. Referiu ainda que, os discursos dos políticos, seja de qual for o quadrante político, dão suporte ao que é feito em Cantanhede, pois representa a proximidade às populações, a ajuda e os cuidados quase domiciliários. Finalmente afirmou que irá continuar a lutar e que, relativamente ao abandono da sessão pelo Sr. Mário Miranda de Almeida, não irá comentar mas lhe explicará pessoalmente que, pelo facto de aparecer este assunto nas atas das reuniões de Câmara, não quer dizer que o mesmo não tenha sido discutido e se tivessem tomado algumas ações. Afirmou, de novo que, acredita no bom senso de todos e que se consiga bons argumentos jurídicos para poder combater aquelas decisões e tentar regularizar a situação. Relativamente à Moção apresentada pela Sr.^a Enf.^a Áurea Andrade, afirmou que a mesma não tem razão de ser, uma vez que não é à Câmara que tem que pedir para abrir os Postos de Enfermagem, pois a Câmara está disposta a fazê-lo, apenas necessita da autorização da ARS. Acrescentou que se poderiam abrir efetivamente aqueles postos de enfermagem, lá

colocar um enfermeiro pago particularmente, mas o ato de enfermagem daquele profissional não estaria vinculado ou supervisionado pela ARS, passando a ser responsável apenas aquele profissional e quem o contratou, Câmara ou Junta de Freguesia, o que não pode ser.-----

----- Finalmente interveio o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes o qual, constatou que a ideia inovadora, original e de grande utilidade, de prestação de cuidados de saúde mínimos às populações sobretudo àquelas que vivem em povoações mais isoladas e que têm dificuldades em deslocar-se às extensões de saúde, e nas povoações/freguesias que não têm extensões de saúde, não é aproveitada pelos políticos do país. Referiu ainda que, se os governantes refletissem um bocadinho sobre o assunto, aproveitariam aquela ideia e aplicavam-na o nível nacional porque é o mínimo que se pode dar às populações que vivem mais isoladas.-

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 9 - «Eleição do representante da Assembleia Municipal, em substituição da Dr.ª Joana Inês de Jesus Seabra Malta, no Conselho da Comunidade do ACES do Baixo Mondego, prevista na alínea b) do art.º 31 do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22/02»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes informou que, a Bancada do PSD propôs que a Dr.ª Joana Inês de Jesus Seabra Malta seja substituída pelo Presidente da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, Enf.º Egídio Manuel Patrão Cruz dos Reis no Conselho da Comunidade do ACES Baixo Mondego.-

----- Foi dada a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual questionou sobre o facto de um Presidente de Junta, não sendo diretamente um eleito na Assembleia, ter acento naquela Comissão. De seguida informou que a Bancada do PS propõe a Sr.ª Enf.ª Áurea Andrade.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, solicitando que fosse averiguada a questão apresentada, à luz da legislação. De seguida, solicitou que fossem analisados os pontos 10 a 15, voltando-se depois ao ponto 9, logo que a questão fosse esclarecida.-----

----- Foi dada a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual informou que se tratam dos seguintes subsídios: Freguesia de Cadima - Feira do Tremoço 1.500,00 €; Freguesia da Cordinhã - Feira do Vinho e da Gastronomia 1.500,00 €; Freguesia da Tocha - apoio para a construção do estaleiro 18.408,00 € com um custo total de 55.212,24 €; Freguesia da Tocha - Execução de trabalhos de silvicultura preventiva, para apoio à equipa de sapadores florestais que têm também a coordenação do Técnico Florestal do Gabinete Técnico do Município, 5.000,00 €; Realização dos cursos de educação extraescolar, correspondendo a cada curso 550.00 €, concretamente: à Freguesia de Ançã – 1.650,00€, Freguesia de Sepins e Bolho – 2.200,00€, Freguesia de Cadima – 550,00€, Freguesia de Febres – 1.100,00€, Freguesia de Murtede – 550,00€, Freguesia de Ourentã – 550,00€, União das Freguesias de Portunhos e Outil – 1.650,00€. Informou ainda que, no ponto 15, se trata de uma isenção de taxas no valor é de 243,36 €, à Freguesia da Tocha, pela instalação de um carrocel nos festejos do dia do Pai.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XII Feira do Tremoço»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XII Feira do Tremoço»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 26 votos a favor e 6 abstenções.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XIII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XIII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 26 votos a favor e 6 abstenções.-----

----- Após aquela votação, o Sr. Dr. Luís Pato apresentou uma Declaração de Voto, subscrita pela Bancada do Partido Socialista do seguinte teor: *“Hoje, constata-se que a cultura e sua propagação intra-geracional é um elemento essencial para a vida em democracia, aliás, a sua importância é de tal forma fundamental que não se pode falar de cidadania sem mencionar cultura, porque o cidadão não é mais do que o somatório num ser cultural cuja a existência é a conjugação de uma multiplicidade de experiências animadas e inanimadas onde as relações interpessoais e inter-objecto têm um papel fundamental. Perante estes pontos, a bancada do PS na Assembleia Municipal já interpelou, por inúmeras vezes, a elementos da Câmara Municipal de Cantanhede, nomeadamente o responsável pela vereação da cultura, com o propósito de aferir quais são os critérios tangíveis subjacentes à atribuição de subsídios a agentes culturais do nosso concelho. Tentamos fazer parte do processo, foi-nos vergonhosamente barrada essa participação por motivos meramente demagógicos e foi-nos dito, já por várias vezes, que se estava a elaborar um regulamento, aliás basta consultar a ata da última sessão da Assembleia Municipal para aferir a veracidade desta questão. Ora, consideramos que chegou o momento de dizer-mos: Basta! Se o vereador está a tratar este assunto de uma forma lúdica, nós, bancada do PS na Assembleia Municipal, não podemos pactuar nem permitir que tal realidade persista.*

Por isso, em relação a estes pontos, pelos motivos elencados anteriormente, optamos pela abstenção porque exigimos ser formalmente esclarecidos! Queremos saber quais são os critérios para a atribuição de subsídios a agentes culturais no Concelho de Cantanhede? Se já há uma proposta de regulamento? E Quando é que serão apresentados?'-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Construção do Estaleiro»:-----

----- Tomou a palavra o Sr. Primeiro Secretário, Dr. Adérito Machado, agradecendo na qualidade de Presidente dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede e de Membro da Assembleia, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Sr. Fernando Pais Alves, pela partilha do quartel dos Bombeiros da Tocha, onde os Bombeiros de Cantanhede podem guardar algumas das suas viaturas. Informou ainda que o quartel da Tocha também servia de estaleiro para a Junta, tendo esta decidido promover um novo estaleiro e deixar o antigo, na sua totalidade, para os Bombeiros.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta da Tocha, Sr. Fernando Pais Alves, agradecendo as palavras do Sr. Primeiro Secretário, Dr. Adérito Machado e acrescentado que, também a Comissão de Compartes e Baldios da Tocha, à qual também agradece, foi um parceiro importante na construção daquele armazém.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Construção do Estaleiro»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Execução de trabalhos

de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2014 pela equipa de sapadores florestais»:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Execução de trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2014 pela equipa de sapadores florestais»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídios a várias freguesias e uniões de freguesias / Universidade dos Tempos Livres do concelho de Cantanhede – vertente animação comunitária 2014/2015»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Vereador, Dr. Pedro Cardoso, o qual fez a seguinte comunicação: *“Apesar de ter prestado sempre os devidos esclarecimentos, não posso deixar de manifestar a minha indignação sobre os argumentos aduzidos nas declarações de voto do partido Socialista, nos pontos 10 e 11, as quais foram apresentadas sem que, no período antes da votação desses pontos, tivessem feito qualquer comentário, não podendo portanto tomar a palavra para esclarecer alguns aspetos, já que os pontos tinham sido votados quando apresentaram as declarações. Importa esclarecer e repor a verdade dos factos, até porque a atitude tomada nesses pontos é incompreensível quando estamos noutra aprovação de subsídio às Juntas de Freguesia. Discordo completamente da tomada de posição por parte da bancada do PS e da sua votação por várias razões. Em primeiro lugar, porque não é verdade que não haja critérios e normas de procedimentos da Cultura para atribuição de subsídios aos eventos culturais, aliás basta consultar o site da Câmara Municipal, como facilmente toda a gente pode*

confirmar, neste preciso momento. Podem dizer que não gostam dos critérios e normas, podem dizer que é preciso ler e apreciar o documento para os conhecer e isso dá trabalho, mas nunca poderão dizer que não existe. É mentira. Em segundo lugar, pela incoerência, como é que alguém não vota nos subsídios culturais para as Juntas de Freguesia, por dizerem que não conhecem os critérios, e depois votam favoravelmente em subsídios às Juntas de Freguesia para obras, e subsídios para os Cursos, da parte da Educação, como este ponto da ordem de trabalhos, sem saberem os critérios e sem perguntarem por eles. Afinal o que é que mudou? O princípio não é o mesmo? Aceitam votar qualquer subsídio para as Juntas menos os da Cultura. Em terceiro lugar, porque o que está em causa é saber qual é a competência e de quem, a atribuição de subsídios a eventos culturais. E essa não é manifestamente uma competência da Assembleia Municipal. Não foram eleitos para tal, como aliás deveriam saber. Como toda a gente sabe, o sector da Cultura pauta a sua atuação por regras claras, por uma análise isenta, rigorosa bem patente no trabalho de todos os técnicos que elaboram as informações e acompanham as iniciativas, pelo que não posso deixar de reconhecer o trabalho absolutamente notável dos mesmos neste trabalho de avaliação, rigor e isenção das informações prestadas. Com base nos critérios e normas em vigor, tendo presente os eventos, a sua representatividade, a tipologia, entre outros aspetos, e tendo em conta os valores do orçamento, são definidos os subsídios com rigor, equilíbrio, justiça e equidade. Como podem ser consultados no site da CMC, para além de outros meios. Em quarto lugar, importa salientar que “a transparência é a faculdade de tornar público todos os atos de governança e dos seus representantes, de providenciar a sociedade civil com informação relevante de forma completa, fidedigna, atempada, de fácil acesso; de desvendar interesses privados que possam colidir com o interesse coletivo; permitindo

deste modo, a responsabilização de todos os seus atores, quer pelas decisões e ações tomadas, quer pelas razões que as informaram, perante a lei e o escrutínio dos cidadãos”. A transparência não mede a corrupção nem revela a maior ou menor permeabilidade do Município à corrupção ou à má gestão. Ainda assim, o processo de atribuição de subsídios é da maior transparência. É do conhecimento de todos os envolvidos, que antecipadamente sabem com o que podem contar. Para além de ser acordado entre todas as partes intervenientes, é feita informação com as devidas fundamentações e levado a reunião de Câmara que aprova ou não, depois é dado conhecimento das deliberações e das justificações, em atas públicas, nos meios de comunicação social e divulgadas no site da CMC. Só não sabe quem não quer. Por isso ainda é mais incompreensível. O quinto motivo é que não é inteligível como é que alguém acha que tem de definir, sem ter essa competência, para além de que não foi essa a vontade popular, os critérios para determinadas realizações que não se prendem com as Juntas de Freguesia, que não são estritamente desse âmbito, pese embora uma delas poder querer participar. Os subsídios aos eventos culturais não dependem das instituições que as realizam, mas de outros critérios. Dou como exemplo a questão das Marchas Populares. Em orçamento fica definido uma verba para o ano. Depois são convocadas todas as instituições que pretendem organizar as Marchas. Nessas reuniões são definidos os critérios, o modo como tudo vai decorrer e quais os valores a atribuir para participar nas despesas com este evento. Vai à reunião de Câmara, onde é apreciada a informação, discutida e aprovada. Depois é dado conhecimento aos mais diversos níveis. Claro que se houver uma Junta que organize Marchas a mesma receberá o que as outras instituições receberão. Não tem estatuto diferente das outras instituições organizadoras. As Juntas de Freguesia só recebem o subsídio que as outras associações nas mesmas circunstâncias receberão

de acordo com os critérios definidos. Nem mais nem menos. Nem compete à Assembleia Municipal definir o montante. Poderá é discordar que uma Junta realize determinado evento ou que receba por tal. Mas quanto ao montante não tem competência para definir outro critério que não aqueles que presidem à organização das Marchas. Acresce ainda que na reunião que tive com dois membros da bancada do partido Socialista, para além de lhes ter dado todos os documentos com os critérios, ainda esclareci que estamos a preparar uma revisão dos critérios e normas em vigor, que não deixará de ter um tempo de auscultação pública e que só depois se avaliaria se fazia sentido ou não transformar esses documentos orientadores em Regulamento. Todos os anos, na cerimónia de atribuição de subsídios às Associações Culturais e demais entidades, é solicitado às mesmas, contributos para melhorar os critérios/regras em vigor, daí que as mesmas sejam do conhecimento do público. Também nunca nos chegou qualquer contributo, proposta ou sugestão de membros da Assembleia Municipal ou dos munícipes. Acresce, ainda, que nas reuniões preparatórias com as entidades organizadoras, todos os esclarecimentos são prestados e devidamente informados dos critérios em causa. Pelo que não tem havido por parte de nenhuma entidade, seja autarquia ou associação, qualquer discordância relativamente aos apoios dados. Pelo contrário, tem havido é enormes elogios e reconhecimento à forma como em tempos de crise e de cortes significativos, à Cultura, ao Associativismo, à descentralização Cultural e às autarquias de freguesia, este apoio não tem sido afetado. Lamento esta forma de fazer política."----

----- Interveio o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, enquanto Membro da Assembleia Municipal, afirmando que existem critérios sobre atribuição de subsídios às associações desportivas e às associações culturais desde 1998, os quais foram entretanto alterados pelo atual Executivo, naquilo que entenderam mas,

basicamente, não fogem aos critérios e procedimentos que já existiam. Acrescentou que esses critérios foram elaborados por si próprio quando era Vereador do Desporto e da Cultura, em tempo, na Câmara liderada pelo Dr. Jorge Catarino. Referiu ter sido um processo com muita gente envolvida e com a participação de todas as associações desportivas e culturais do concelho, que deu origem ao documento que, basicamente, ainda está em vigor e onde estão definidos os critérios, quer para as associações desportivas quer, para as outras associações. Aqueles critérios foram inclusivamente apresentados em vários lugares onde foram recolhidas várias sugestões, tendo-se chegado a um documento final que foi sempre reconhecido como um documento isento, como um documento exemplar e como um documento que passou a ser utilizada por muitas Câmaras Municipais. Com a evolução dos tempos, o atual Executivo achou por bem introduzir algumas adequações. Referiu ainda que, há pouco dias foi efetuado o pagamento dos subsídios as associações desportivas, baseados nesses critérios, tendo sido questionadas, como tem sido a prática ao longo destes anos, todas as associações sobre algumas sugestões a fazer para melhorar aqueles critérios. Assim, concluiu que foi trabalho bem feito tanto ao nível das definições dos critérios como dos procedimentos, existindo o documento tanto na Câmara Municipal, como junto de todas as associações desportivas e culturais, no qual estão plasmados os apoios que são dados, com ponderações objetivas. Sugeriu, de seguida, que aquele documento fosse consultado e que, se houver algumas sugestões para o melhorar, que as façam chegar.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual não negou a existência do documento de atribuição de subsídios às associações de cariz desportiva e cultural e referiu que o que está em causa não é a atribuição de subsídios àquelas associações, mas sim a atribuição de subsídios às Juntas de Freguesias para a organização de

eventos de cariz gastronómico e cultural, nomeadamente, as semanas culturais. Esclareceu estarem cientes de que as associações culturais ou desportivas se dedicam e recebem um certo valor porque há critérios claros, tais como o número de elementos, se é ou não federado. Já na questão das feiras gastronómicas, não se sabe qual é o motivo que leva a Câmara atribuir 1.500,00 € a Cordinhã e a Cadima e, por exemplo, 800,00 € a Ourentã, a Outil ou à feira do pão das Franciscas, devendo ser introduzidos critério claros e específicos no Regulamento existente. Recordou que o senhor Vereador apresentou, na reunião havida, um conjunto de documentos, e sugeriu que os mesmos fossem compilados e organizados num regulamento, claro, transparente e explícito, possibilitando assim uma discussão clara daqueles assuntos. Finalmente, concluiu que a Bancada do PS não é contra a atribuição daqueles subsídios quer à Freguesia de Cordinhã, quer à freguesia de Cadima, antes pelo contrário, e informou que mantêm o sentido de voto de abstenção, por uma questão de coerência, enquanto não chegar à Assembleia um Regulamento claro e explicito relativamente à atribuição de subsídios para estes apoios pontuais.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, confirmando que percebe, de alguma forma o que foi transmitido e voltando a esclarecer que tudo está previsto no Regulamento, o qual prevê uma verba para aqueles tipos de eventos, a qual é dividida, seguindo critérios ponderados, pelos diversos eventos que são realizados no concelho. De seguida, informou que não é fácil definir critérios objetivos para aqueles eventos tão diferentes uns dos outros, por isso são avaliados, pela sua envolvência e pelo número de pessoas participantes, entre outros fatores. Acrescentou que tem de existir, alguma discricionariedade para o Executivo Camarário pois é fácil ponderar atividades desenvolvidas por grupos desportivos ou por associações culturais, mas não é fácil ponderar critérios para avaliar, por exemplo, a qualidade de uma feira

gastronómica, o número de pessoas presentes na mesma ou a qualidade do programa. Finalizou a sua intervenção solicitando, de novo, que fossem apresentadas sugestões que permitam tornar mais objetivas aquelas atribuições de subsídio.-----

----- Voltou a intervir o Sr. João Paulo Vagos, esclarecendo que a questão levantada na sessão da Assembleia de Setembro, nada tem a ver com a atribuição de subsídios às atividades regulares das associações culturais e desportivas do Município, pois essas têm efetivamente um Regulamento. De seguida referiu que, se a nova Lei das Autarquias diz que os subsídios atribuídos às Juntas de Freguesia devem ser aprovados no âmbito da Assembleia Municipal, os Membros da Assembleia merecem ser esclarecidos sobre quais os critérios aplicados e se há algum regulamento que faça essa diferenciação. Recordou que, na última sessão, o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que competia à Câmara Municipal ou ao Executivo a elaboração daquele Regulamento, o qual iria ser elaborado e presente à Assembleia Municipal para contribuições e ajustes. Mostrou a disponibilidade dos elementos da Bancada do PS para discutir aquele Regulamento e os seus critérios e informou que, sendo coerentes com a posição tomada na sessão anterior, enquanto não for cumprido o compromisso da apresentação de novo Regulamento, para que possam avaliar claramente se devem votar a favor ou contra, consideram que não estão reunidas as condições para votar de forma adequada aqueles pontos.-----

----- Foi, de seguida dada a palavra ao Sr. Dr. Carlos Pessoa, o qual informou partilhar a opinião do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de reforçar a componente discricionária na atribuição de subsídios porque muitas vezes os critérios são preenchidos formal e substantivamente. Referiu existirem, muitas vezes, eventos que são eventos circunstanciais, que envolvem muita gente e para os quais solicitam apoios às Câmaras, tornando mais difícil a tomada de decisão quando

existem vários regulamentos. Falou de seguida sobre as competências de ambos os órgãos, Executivo e Deliberativo, nomeadamente, sobre o facto de os regulamentos serem discutidos e apresentados pelo Executivo e serem aprovados pelo Deliberativo.-----

----- O Sr. Vereador Dr. Pedro Cardoso voltou a intervir, explicando e exemplificando de novo, todas as ideias por ele anteriormente explanadas.-----

----- Falou, de novo, o Sr. Prof. Abel Carapêto, insistindo que se lei obriga que na Assembleia se votem atribuições de subsídios às Juntas de Freguesia, os Membros têm direito de saber formalmente o porquê dos valores atribuídos. Referiu ainda que, se existe um regulamento para as Associações Culturais e Recreativas, porque não a existência de um regulamento orientador para os subsídios às Juntas de Freguesia? Finalmente, também ele referiu que, enquanto não fosse apresentado um regulamento claro para aprovação pela Assembleia, a Bancada do PS iria abster-se na votação daquelas atribuições de subsídios. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídios a várias freguesias e uniões de freguesias / Universidade dos Tempos Livres do concelho de Cantanhede – vertente animação comunitária 2014/2015»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Junta de Freguesia da Tocha / Instalação de carrocel no âmbito dos Festejos do Dia do Pai»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Junta de Freguesia da Tocha / Instalação de carrocel no âmbito dos Festejos do Dia**

do Pai», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa voltou, de seguida, ao Ponto 9 - «Eleição do representante da Assembleia Municipal, em substituição da Dr.ª Joana Inês de Jesus Seabra Malta, no Conselho da Comunidade do ACES do Baixo Mondego, prevista na alínea b) do art.º 31 do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22/02»:-----

----- Tiradas as dúvidas quanto ao possível elemento a designar, foram solicitadas propostas para Eleição do representante da Assembleia Municipal, em substituição da Dr.ª Joana Inês de Jesus Seabra Malta para fazer parte no Conselho da Comunidade do ACES Baixo Mondego. Assim, a bancada do PSD propôs o Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, Enf.º Egídio Manuel Cruz dos Reis, lista identificada com a letra A e a bancada do PS propôs a Sr.ª Enf.ª Áurea da Cruz Flamino de Andrade, lista identificada com a letra B.-----

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: -

----- Lista A:-----

----- 19 Votos a favor; -----

----- Lista B: -----

----- 7 Votos a favor;-----

----- Apurada a respetiva votação foi eleito o Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, Enf.º Egídio Manuel Cruz dos Reis, para o cargo a que havia sido proposto.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 16 - «Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal em sessão de 17/12/2014 / Para conhecimento»:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual informou que, no período entre 2 de janeiro e 31 de março do corrente ano foram assumidos os seguintes compromissos plurianuais: - Massas betuminosas frias para 2015/2016 – 35.190,00 €; - licenciamento e manutenção de software por 3 anos – 51.143,00€; - Prestação de serviços de licenciamento na plataforma eletrónica de compras na Construlink, por 3 anos, até 31 de março de 2018 – 17.652,96 €; - Renovação de subscrição de licenças de software, com início a 1 de abril e término a 2018 – 33.138,00 € + IVA. De seguida, manifestou a sua estranheza perante o voto contra a 2^a revisão ao orçamento por parte dos membros da bancada do PS. Acrescentou que, aquele voto foi feito contra a possibilidade da Câmara poder fazer o encaixe de obras candidatas e não contra uma opção de gestão. Esclareceu ainda que, a opção já estava tomada e a candidatura aberta. Referiu ainda que a Câmara seria um péssimo gestor se não aproveitasse para lançar a obra do Parque Desportivo de Febres, da qual só falta concluir os balneários, estando o resto já pago, a obra do Fujanço que está em execução, a obra do Parque Desportivo de Cadima e da G.N.R. da Praia da Tocha. Informou também que, ainda não se sabe se aquelas obras vão ser aceites, mas havia condições para avançar com aquela candidatura, sendo que um dos pressupostos era que os valores estivessem inseridos no orçamento. Finalizou dizendo que, se aquele valor não fosse lançado no orçamento, a Câmara não se poderia ter candidatado a uma verba de mais de 2.000.000,00 €.

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da relação de bens que constituem o Inventário Municipal, à data de 31 de dezembro de 2014»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.^o José Maria Maia Gomes, deu a palavra à Sr.^a

Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou que compete à Assembleia Municipal apreciar o inventário e a sua respetiva avaliação de bens e os direitos e obrigações patrimoniais. Referiu ainda que a listagem dos bens apresentada é extensa, desde livros, rede de águas, rede de saneamento, viaturas, edifícios, rede viária, terrenos, outras construções, infraestruturas, etc... perfazendo uma valor total de 90.797.387,24 €, diferente do ativo líquido que é de 122.000.000,00 €.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da relação de bens que constituem o Inventário Municipal, à data de 31 de dezembro de 2014»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 16 votos a favor e 6 abstenções.

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 18 - «Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão do Município de Cantanhede, pelo período de um ano, ao abrigo do Acordo quadro para fornecimento de eletricidade (CC-CIMRC), promovido pela CIM-RC / Autorização da assunção do compromisso plurianual»**:

----- Voltou a intervir a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou que é da competência da Assembleia deliberar e autorizar a assunção do compromisso plurianual, no caso, de um processo de concurso para o fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão, ao abrigo do acordo quadro que a CIM – Região de Coimbra fez, pelo valor de 920.168,70€ + IVA para os anos de 2015 e 2016.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 18 - «Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão do Município de Cantanhede, pelo período de um ano, ao abrigo do**

Acordo quadro para fornecimento de eletricidade (CC-CIMRC), promovido pela CIM-RC / Autorização da assunção do compromisso plurianual», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Finalmente, sendo 20h50 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

O Presidente:

O Primeiro Secretário:

A Segunda Secretária: